

RELATÓRIO DE GESTÃO **2015**

Secretaria de Desenvolvimento Social
do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - São Paulo /SP
CEP: 01415-000
Pabx.: (11) 2763-8000

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERALDO ALCKMIN

Governador do Estado de São Paulo

MÁRCIO FRANÇA

Vice-Governador do Estado de São Paulo

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO

Secretário de Estado de Governo

FLORIANO PESARO

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEDS)

SECRETÁRIO ADJUNTO

Felipe Sartori Sigollo

CHEFE DE GABINETE
COORDENADOR GERAL

Mendy Tal

COORDENADOR EXECUTIVO

Giovanni Palermo

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP)

EQUIPE TÉCNICA

Andrea Cristina Malavolta Magalhães

Carla Christine Chiamareli

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Maria Rita Ramalho Rondani

Marly Lautenschlager Cortez Alves

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Renata Colombini Puosso

REVISÃO

Departamento de Comunicação Institucional

FOTOS

Divulgação Imprensa

Luiz Vicente Pereira

Edison Ribeiro Filho

COORDENADORA DE AÇÃO SOCIAL

Marina Amadeu Batista Bragante

COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Lígia Rosa de Rezende Pimenta

COORDENADORA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gleuda Simone Teixeira Apolinário

COORDENADORA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Rita de Cássia Quadros Dalmaso

COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

João Rafael Calvo

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E CONVÊNIOS

Ricardo Wagner Gomes Felleger

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Maria Isabel Lopes da Cunha Soares

DIRETORIAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DRADS)

DRADS ALTA NOROESTE - ARAÇATUBA

Martha Helena Pimenta

DRADS ALTA PAULISTA - DRACENA

Rejane de Menezes Sanchez

DRADS ALTA SOROCABANA - PRESIDENTE PRUDENTE

Mariane Delatin Rodrigues Ito

DRADS ALTA PAULISTA - ARARAQUARA

Maciel dos Santos Rocha

DRADS ALTA PAULISTA - AVARÉ

Elza Castilho Albuquerque

DRADS BAIXADA SANTISTA - SANTOS

Jucimara Dias Araújo Rodrigues

DRADS BARRETOS

Márcia Aparecida Muzetti

DRADS BAURU

Maria Moreno Perroni

DRADS BOTUCATU

Sueli Isabel Tamelini

DRADS CAMPINAS

Laura Maria Contador Rodrigues da Silva

DRADS CAPITAL - SÃO PAULO

Camille Soares de Aguiar

DRADS FERNANDÓPOLIS

Flavia Cristiane Gonçalves Resende

DRADS FRANCA

Vânia Cristina Baldochi Malta

DRADS GRANDE SP - ABC

Wagner Shiguenobu Kuroiwa

DRADS GRANDE SP LESTE - MOGI DAS CRUZES

José Rezende Filho

DRADS GRANDE SP NORTE - GUARULHOS

Maria Angélica de Sena Manso Pontes

DRADS GRANDE SP OESTE - OSASCO

Alexandre Gavriloff

DRADS ITAPEVA

Luciano Oller Oliveira

DRADS MARÍLIA

Paulo Jorge de Oliveira Alves

DRADS MOGIANA - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Edjalma de Lima Vala

DRADS PIRACICABA

Maria Aparecida Ribeiro Germek

DRADS RIBEIRÃO PRETO

Delvita Pereira Alves

DRADS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Silvia Maria de Castilho Laguna

DRADS SOROCABA

Jorge Latuf Filho

DRADS VALE DO PARAÍBA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Maria Aparecida Silva de Matos

DRADS VALE DO RIBEIRA - REGISTRO

Ana Lourdes Fidelis de Oliveira

ABREVIATURAS E SIGLAS

As siglas estão listadas por ordem alfabética.

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPE	Centro de Atendimento Permanente e Emergencial
CAS	Coordenadoria de Ação Social
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDI	Centro Dia do Idoso
CEAS	Conselho Estadual de Assistencial Social
CEI	Conselho Estadual do Idoso
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CGE	Coordenadoria de Gestão Estratégica
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COED	Coordenação de Política sobre Drogas
COMBAT	Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas
CONDECA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDESB	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista
CONED	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas
CONSEAS	Conselhos Estaduais de Assistência Social
COSAN	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRATOD	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CRCE	Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CROPH	Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDESP	Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo
FEAS	Fundo Estadual da Assistencial Social
FEBRACT	Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas
FECOEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FEDCA	Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
FEI	Fundo Estadual do Idoso
FIA	Fundação Instituto de Administração
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FONACEAS	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social
FUSSESP	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD/PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
IGD/SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos e Entidades Sociais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NAC	Núcleo de Atendimento ao Cidadão
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PEAS	Plano Estadual de Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMAS/WEB	Plano Municipal de Assistencial Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
PTR	Programa de Transferência de Renda
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Sistema Estadual de Análises de Dados
SEDS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SGP	Secretaria de Planejamento e Gestão
SIBEC	Sistema de Benefício do Cidadão
SICONV	Sistema de Convênios
SPPI	Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUTACO	Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades

SUMÁRIO

08

SP PARA TODOS

18

DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

32

PROGRAMAS, SERVIÇOS E AÇÕES

66

SAIU NA IMPRENSA

SP PARA TODOS



O presente relatório apresenta os resultados de 2015 da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS)**. Trata-se de uma compilação com dados oficiais, elaborado, não apenas com o intuito de difundir nossos trabalhos, mas também de assegurar uma gestão comprometida com a participação social.

Queremos conectar a sociedade com o poder público e estamos seguros de que a disseminação de informações sobre a Assistência Social no Estado de São Paulo é uma ferramenta estratégica para fortalecer a participação e o controle social.

Na nossa atuação à frente da Secretaria, perseguimos os princípios de gestão defendidos pelo Governo do Estado de São Paulo, ou seja, a gestão descentralizada, democrática, transparente e participativa, foram os ingredientes principais para as ações aqui apresentadas.

A SEDS conduz programas promotores de acesso e defesa de direitos e cofinancia, monitora, orienta, analisa e avalia os resultados obtidos pelos municípios na área de assistência social. Tudo isso sem se distanciar dos referenciais estabelecidos pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

As metodologias e os sistemas utilizados referem-se aos temas ligados à gestão, monitoramento e avaliação, sempre com vistas a uma administração sensível às demandas locais e às deliberações dos órgãos de controle social vinculados à Secretaria.

A vulnerabilidade social manifesta-se e se reproduz no território, assume formas diversas com reflexos de seu contexto sócioeconômico. Assim, empreendemos esforços para o fortalecimento dos municípios, das redes locais e o protagonismo das famílias. Estamos certos de que estes são os pilares para a construção de um Estado mais justo e democrático.

Boa Leitura!

Avanços e Novos Desafios da Política Social em São Paulo



Foto: Marcia Alves

Desde a redemocratização e, em especial, desde a Constituição de 1988, o Brasil evoluiu enormemente no combate à pobreza e à desigualdade. A população pobre, com renda per capita de até meio salário mínimo, reduziu-se de 39%, em 1992, para 9%, em 2014. Em 1992, 18% da população vivia em extrema pobreza, com renda domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo; em 2014, essa parcela caiu para 3%. Nossos índices de desigualdade de renda, como o Gini, têm se reduzido sistematicamente no Estado de São Paulo (de 0,592 em 2000 para 0,577 em 2010), mas ainda temos 6,8 milhões de pessoas em situação de alta vulnerabilidade, segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Fundação Seade.

Hoje, sabemos que essas conquistas são resultado de uma conjunção de fatores econômicos e sociais que permitiram, por exemplo, elevar a inserção no mercado de trabalho, melhorar a renda das famílias e promover a inclusão dos mais pobres, com melhorias significativas nas políticas públicas de saúde, educação e assistência social. No caso da política de assistência social, as inovações institucionais tiveram papel determinante na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

A inclusão da Assistência Social no tripé da Seguridade Social na Constituição de 1988, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - que deu estrutura para o nascimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha são algumas das mudanças institucionais que sinalizam novos rumos em direção a uma nação mais equânime e garantidora dos direitos.

Não ignorando esses significativos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer e o maior desafio das políticas de enfrentamento da pobreza hoje é como avançar além das conquistas alcançadas. Certamente a mera expansão das atuais políticas de transferência de renda não deve bastar. Temos consciência hoje de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, não limitado apenas à renda. Além disso, sabemos da importância de se promover maior integração das políticas sociais, com foco no território, a partir de iniciativas que busquem superar a pobreza por meio de intervenções capazes de dar conta das múltiplas privações que atingem as famílias mais vulneráveis.

Com o objetivo de enfrentar a extrema pobreza e promover a mobilidade social de modo sustentável, o Governo do Estado de São Paulo instituiu em 2011 o Programa São Paulo Solidário, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. O programa deu prioridade às famílias em situação de alta vulnerabilidade dos 97 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. Após cuidadosa avaliação realizada pela Fundação Seade, o programa passou por um aprimoramento metodológico que resultou na formulação do Programa Família Paulista com novos critérios de elegibilidade dos municípios e das famílias.

A grande inovação do Programa foi a adoção de uma metodologia de trabalho em parceria com as prefeituras, que assumem a responsabilidade de desenvolver um plano de trabalho contínuo com as famílias participantes, sob a supervisão do corpo técnico da SEDS. Com foco nos municípios mais vulneráveis da Região Metropolitana de São Paulo, o programa prioriza intervenções integradas nos setores de habitação, educação, saúde, trabalho e renda para promover o desenvolvimento social das famílias no território, buscando torná-las mais autônomas e fortalecer redes sociais de interação. Os critérios de seleção dos municípios e das famílias baseiam-se no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), ambos desenvolvidos pela Fundação Seade. É importante registrar que indicadores de pobreza tornaram-se instrumentos indispensáveis para a formulação de políticas públicas que induzam processos de superação das desigualdades sociais.

No caso de São Paulo, tais indicadores respeitam bases territoriais que, em sua maioria, refletem o âmbito de ações públicas na escala dos municípios. Ou seja, os municípios tornaram-se a matriz na qual os dados são organizados e disponibilizados na forma de um indicador, que ao serem comparados, permitem a composição do cenário da desigualdade social no Estado ou no País. Este é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo PNUD, ou então do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), desenvolvido pela Fundação Seade.

Contudo, as dimensões das desigualdades não podem ser tratadas exclusivamente em escala municipal, pois se é fato que ela se expressa de forma intensa entre as diferentes regiões do Estado, a desigualdade assume uma forma ainda mais acentuada na escala intramunicipal, em particular nos grandes aglomerados urbanos.

De fato, uma característica importante da pobreza urbana e metropolitana consiste na segregação espacial como forte condicionante da própria condição de pobreza, dado que a diferenciação entre áreas intraurbanas, em termos de infraestrutura, segurança e acesso a serviços públicos, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias. E, em sua forma extrema, a segregação espacial cria “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinadas características que as tornam mais vulneráveis à pobreza e, no outro extremo, produz as áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza.

Assim, para a formulação e a implantação de políticas públicas nas áreas metropolitanas, torna-se fundamental identificar locais prioritários para a intervenção do Estado. Em outras palavras, trata-se de localizar espacialmente as áreas que concentram os segmentos populacionais mais vulneráveis, que deveriam ser, em princípio, alvos prioritários das políticas públicas. Nessa direção, a Fundação Seade produz o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que tem sido amplamente utilizado no Estado de São Paulo.

Construído inicialmente para auxiliar na identificação de áreas de programas de transferência de renda, hoje seu uso é diversificado da incorporação em cadastros de usuários das companhias de saneamento e energia elétrica a programas intersetoriais de combate à pobreza ou em planejamentos de amostras para inquéritos populacionais nas áreas de saúde e educação.

Em suma, o programa Família Paulista representa um passo à frente das políticas de enfrentamento da pobreza em vários sentidos. Estabelece um plano de ação, em parceria com municípios, assentado numa visão inovadora de articulação e integração de políticas sociais no território, a partir de um olhar ampliado do caráter multifacetado da pobreza e pela adoção de estratégias que promovam maior autonomia das famílias mais vulneráveis.

Além da capacitação das famílias, o programa prevê formas sistemáticas de monitoramento e avaliação, como recomendam as melhores práticas internacionais no campo da política social. Estabelece também mecanismos automáticos de repasses de recursos por meio do Fundo de Combate à Pobreza e a unificação dos cadastros para todos os serviços e programas por meio do CadÚnico. Pode-se afirmar que o programa Família Paulista sintetiza os avanços substantivos que têm marcado a política de desenvolvimento social do Estado de São Paulo.

Maria Helena Guimarães de Castro

**Diretora Executiva na Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados (Seade)**

Palavras do Secretário



Foto: Divulgação/SEDS

O ano de 2015 foi um ano de comemoração para a Assistência Social! O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) completou 10 anos e, com ele, a consumação de um sistema de proteção social, fundamentado em uma rede territorializada de oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. O SUAS superou a construção de serviços e programas afastados da realidade local, e permitiu o protagonismo comunitário. Passos importantes para a superação do assistencialismo e do individualismo.

O SUAS trouxe importantes mudanças para a gestão: a descentralização político-administrativa para a Federação, Estados e Municípios, bem como o comando único das ações em cada esfera de governo.

A gestão descentralizada e participativa na assistência social foi estabelecida sob três alicerces: Conselhos, Plano e Fundo. É esta tríade que garante, paradoxalmente, o comando único e a atenção às demandas locais. A primeira década de existência do SUAS no Estado de São Paulo foi marcada por muitas conquistas. De forma breve, salientamos:

Controle Social: Todos os municípios paulistas possuem Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Estadual encontra-se fortalecido, é voz ativa na construção e consolidação das políticas.

Planos Municipais e Estadual: A partir de 2004, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolveu e implantou, no Estado de São Paulo, o sistema PMAS, com o objetivo de possibilitar a leitura e a validação dos 645 planos de assistência social dos municípios paulistas. O PMASweb consolidou-se como uma valiosa ferramenta para planejamento e gestão, retratando a realidade de cada município e das regiões do Estado extrapolando, assim, a condição de mero instrumento para repasse de recursos.

Financiamento: Em 2015, o Fundo Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo repassou R\$ 202.363.625,55 aos municípios paulistas. Com relação à utilização do repasse fundo a fundo, a SEDS publicou duas resoluções que permitem a reprogramação do recurso passado pelo FEAS (Resolução 15/2015) e a utilização do mesmo para pagamento de profissionais do SUAS (Resolução 16/2015). O objetivo é flexibilizar a utilização do recurso e assegurar a utilização integral do valor repassado.

Temos, ainda, uma quantidade significativa de municípios com dificuldade de executar os recursos federais e estaduais do Fundo a Fundo. Na tentativa de minimizar esse fato, a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP) desenvolveu cursos de capacitação que em 2016 serão ofertados aos gestores municipais.

No que se refere à rede socioassistencial, em dez anos de SUAS, o Estado de São Paulo conseguiu implementar 1.071 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (presentes em 635 municípios), 256 Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) e 49 Centros de Referência Especial para População em Situação de Rua. Além disso, desenvolvemos o Programa SP Amigo do Idoso e investimos maciçamente em programas de segurança alimentar (Bom Prato e Vivaleite).

O ano de 2015 foi, sem dúvida, um ano de muitos desafios. Além do empenho para o fortalecimento do SUAS, a SEDS tornou-se responsável pela Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (COED). Na prática, a mudança promoveu um novo paradigma na execução da política pública sobre drogas.

O Governo do Estado de São Paulo corroborou para o entendimento de que as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravo da dependência química.

Além da COED, também tivemos a transferência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para a SEDS, oportunidade única para somarmos esforços com a sociedade civil no fortalecimento da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. Neste primeiro ano de trabalho, conseguimos uma importante vitória: o Condeca, através do seu Fundo, captou recursos advindos do Imposto de Renda no montante de R\$ 25 milhões, fato que fortaleceu o Edital CONDECA/ 2015.

Também em 2015 a SEDS debruçou-se na compreensão da pobreza com foco nas conurbações da região metropolitana de São Paulo. O estudo resultou no desenvolvimento do Programa Família Paulista, uma importante estratégia multissetorial para o enfrentamento da extrema pobreza no Estado de São Paulo. O programa objetiva o fortalecimento dos municípios, das redes locais e o protagonismo das famílias para a efetivação de uma gestão inovadora e transformadora.

O Governo do Estado de São Paulo deixa clara sua missão: construir uma sociedade mais acolhedora e protetiva. Para enfrentar a grave crise econômica, o governador Geraldo Alckmin desenhou um novo caminho, criou o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep), aprovado pela Assembleia Legislativa (18/11/2015), que prevê aumento de 2% do ICMS sobre produtos considerados supérfluos (fumo e cerveja). O valor arrecadado será destinado ao Fecoep, para subsidio de programas e ações de nutrição, habitação, educação, saúde e outras ações de interesse social, priorizando a proteção à criança e ao adolescente.

Apresentamos um relato analítico sucinto das ações desenvolvidas no exercício de 2015 pelas áreas técnicas/administrativas, bem como dos órgãos colegiados vinculados à pasta. Cada programa, serviço e ação aqui apresentados visaram, em última análise, a promoção de acesso e defesa de direitos.

A leitura deste documento deve ser feita à luz de três princípios que nortearam e norteiam nossos trabalhos. Primeiramente, o entendimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, que transcende a ausência de renda e se manifesta em um conjunto de privações de bens, serviços e oportunidades. Seu enfrentamento é, portanto, missão de todas as esferas de governo e carece de intervenções simultâneas e integradas, sobretudo no campo da assistência social, habitação, educação, trabalho e renda.

O fenômeno da pobreza se materializa com características próprias em cada uma de nossas cidades. É no território que este fenômeno se manifesta e se reproduz. Assim, estamos convictos de que o fortalecimento dos municípios e das redes locais são fundamentais para a superação das vulnerabilidades sociais.

Outro pressuposto que deve ser ressaltado refere-se à gestão integrada. Empreendemos esforços para integrar políticas, programas e serviços. Internamente cuidamos para a garantia do alinhamento no trabalho de coordenadorias e diretorias regionais. Fomentar a intersetorialidade e a focalização de nossas ações é uma prerrogativa.

Por fim, temos a unificação dos cadastros como último princípio norteador. Em 2015, todos os programas e ações da SEDS focalizaram as famílias inseridas no Cadastro Único (CadÚnico), prioritariamente com renda mensal per capita menor ou igual a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Ou seja, assumimos o compromisso de desenvolver uma política pública de assistência social integral, equânime, de qualidade, que contribua para o fortalecimento do SUAS em cada município paulista.

Fortalecer o SUAS implica aplicar e disseminar a gestão descentralizada, democrática, transparente e participativa. Compreendemos que tal objetivo depende da soma de esforços do poder público, dos órgãos de controle social e sociedade civil que devem, juntos, desenvolver ações que promovam o desenvolvimento social.

“*Juntos estamos construindo essa realidade. Juntos São Paulo pode ser para todos*”.

Floriane Pesaro

Sociólogo e Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



É importante, ao ler este relatório – que apresenta os resultados de 2015 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), ter como referência sua principal missão: desenvolver políticas de proteção social concebidas como direito do cidadão, extensivas à população sujeita a toda sorte de vulnerabilidades sociais decorrentes de conjunturas, contextos ou processos produtores de pobreza e desigualdades sociais. A política pública de proteção social, no âmbito da assistência social, encontra-se normatizada em leis, assentada em um sistema único nacional que define parâmetros e exigências compartilhadas entre os entes federativos.

A SEDS consolidou neste ano de 2015 as atribuições específicas ditadas por este compartilhamento no desempenho da política: cofinanciar serviços e benefícios socioassistenciais executados nos municípios, assegurar as articulações necessárias entre esferas de governo e sociedade civil, apoio técnico contínuo, oferta de formação dos trabalhadores sociais, supervisão, monitoramento, avaliação e igualmente realizar a vigilância socioassistencial. Compete aos municípios a execução dos serviços e benefícios socioassistenciais hierarquizados em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidades. No conjunto dos Estados da federação, São Paulo tem diferenciais importantes que ditam as complexidades próprias à definição de prioridades e de respostas às demandas de proteção social de sua população.

Seus 645 municípios possuem realidades díspares: desde os de pequeníssimo porte (101 municípios com menos de 5 mil habitantes) até seus cinco conglomerados metropolitanos. Na última década, a mancha urbana ao redor da capital praticamente dobrou. O processo de conurbação do entorno de São Paulo reúne 153 municípios que representam 27% do PIB do País e 80% de toda a riqueza do Estado, reunindo 30 milhões de habitantes. No conjunto do Estado, há municípios com vocação econômica claramente voltada ao agronegócio. Outros, com enormes distritos industriais; outros, ainda, que são estâncias turísticas. Encontram-se, em seus territórios, comunidades tradicionais como quilombolas, grupos indígenas e igualmente assentamentos que exigem processos protetivos distintos.

Em 2015, o Estado e seus municípios, como igualmente o País, encontraram-se em grave crise econômica, perda de arrecadação e aumento do desemprego, que penaliza os mais pobres. A pobreza de sua população, castigada por essa conjuntura econômica, retoma seu curso de expansão entre a extrema pobreza e os vulneráveis. Neste contexto, já não é possível pensar apenas na extrema pobreza. Temos - como política de assistência social - de pensar em toda a população castigada por toda sorte de vulnerabilidades sociais.

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Assessora Especial de Coordenação da Política Pública

Seguridade Social promovida pela SEDS

A SEDS, fiel em sua missão de garantir os serviços, programas e benefícios socioassistenciais a cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal no Estado de São Paulo, promove a seguridade social em três frentes: a Proteção Social, os Programas de Transferência de Renda (PTRs) e os Programas de Segurança Alimentar.

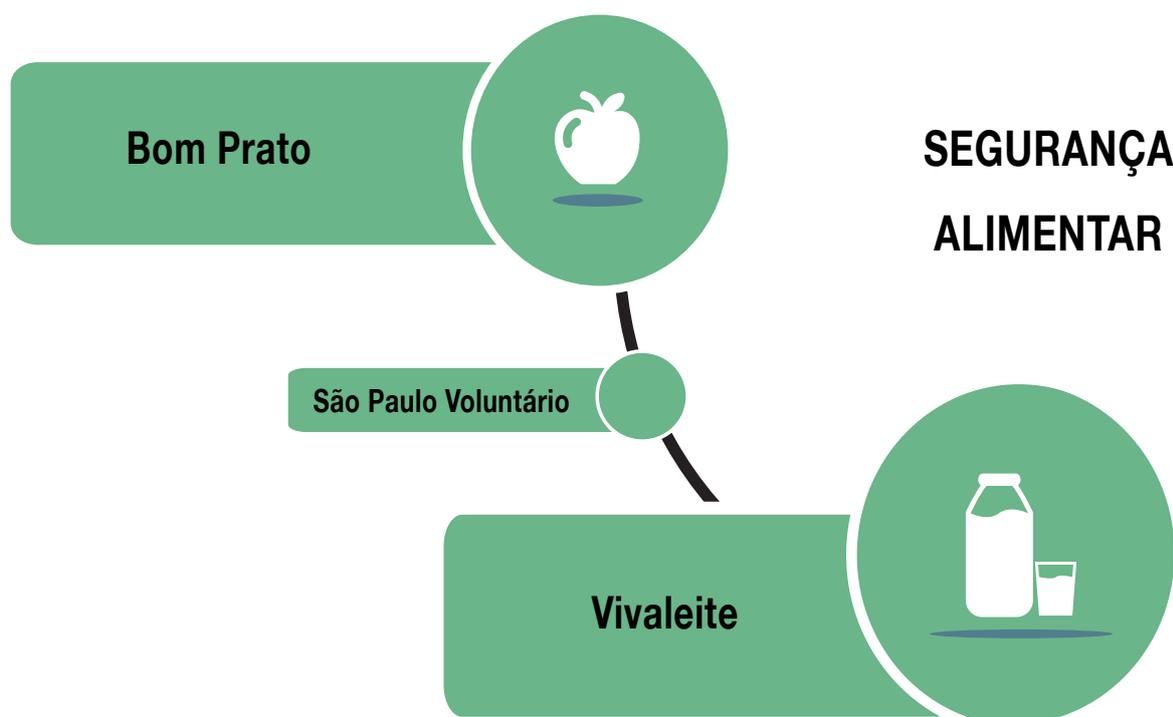
SEGURANÇA ALIMENTAR

Encontra-se inserida nas políticas públicas de redução das desigualdades sociais e da erradicação da fome. No Estado de São Paulo, os dois programas que promovem o acesso da população a uma alimentação de qualidade são: O Bom Prato e o Vivaleite.

PROTEÇÃO SOCIAL

Seu objetivo é o de assegurar a inclusão social de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de atendimento local. É subdividida em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

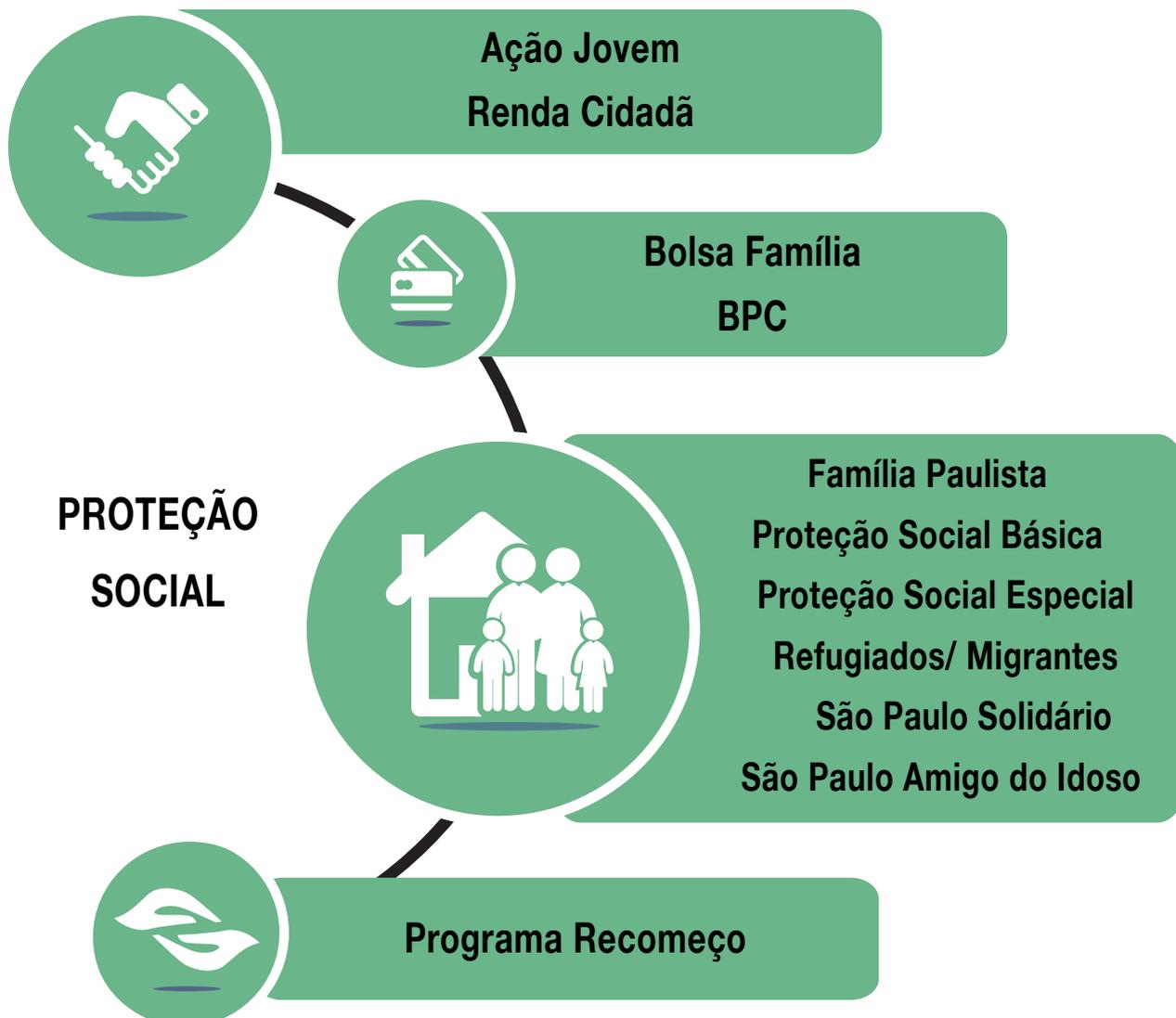
No contexto atual da Política de Assistência Social, a SEDS tem um papel determinante no assessoramento técnico aos municípios, quer na implantação ou implementação dos serviços, programas e benefícios da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, acompanhando e monitorando toda a rede socioassistencial do Estado.



Estes programas de segurança alimentar, coordenados pela SEDS, agregam uma ação de extrema relevância para o fortalecimento da participação da sociedade civil nas políticas públicas. O **Programa São Paulo Voluntário** fomenta o desenvolvimento da atuação do voluntariado, com o intuito de promover a ação social e a cidadania. O Programa possui uma rede de voluntários que atua nas unidades do Bom Prato e do Vivaleite, por exemplo. Falar de voluntariado é falar de capital humano, de ações que aumentam o engajamento da população frente aos desafios sociais.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA (PTRs)

Os Programas de Transferência de Renda (PTRs) atuam na redução das desigualdades e podem estar na esfera dos governos federal, estaduais e municipais. Ao aderir a um PTR, a família assume algumas condicionalidades, como manter os filhos na escola, a carteira de vacinação em dia, fazer pré-natal e acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. O Governo do Estado de São Paulo tem sob sua gestão os programas Renda Cidadã e Ação Jovem.



*BPC: Benefício de Prestação Continuada

A unificação dos cadastros

Até o ano de 2015, cada programa social na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social era tratado, do ponto de vista conceitual, tecnológico e de suporte em sistemas e bancos de dados, como um sistema isolado. Disto decorriam bancos de dados diferentes e programas pouco integrados. Não eram compartilhadas informações.

Fato relevante neste cenário era a ausência de um identificador único para o mesmo beneficiário de diferentes programas, com um único código de identificação do usuário (beneficiário e entidade), que permitiria a associação de regras de usos dos benefícios e a integração de serviços.

Não se tinha visibilidade das condições sociais do Estado nem do alcance de seus programas. Sentia-se a necessidade de integrar os programas, projetos e benefícios da Pasta, bem como a de integrar as políticas sociais correlacionadas às demais Secretarias de Estado.

Desta forma, para o melhor desenvolvimento e operação dos programas, projetos e benefícios da SEDS, que vão ao encontro das iniciativas do Governo de imprimir uma estratégia no combate da extrema pobreza no Estado de São Paulo, fez-se necessária a modernização institucional e tecnológica visando ao aprimoramento e à integração dos programas e o alcance de suas metas: focalizar o atendimento dos programas sociais, atingir famílias extremamente pobres e ainda, promover condições de mobilidade social, manutenção de renda e inclusão social.

Neste cenário, reconhecendo o Cadastro Único como instrumento de identificação de famílias de baixa renda, amplamente utilizado na esfera federal, a Secretaria iniciou em 2015 a unificação dos cadastros estaduais em torno do CadÚnico.

O uso do Cadastro Único possibilita a unificação das bases de dados de beneficiários dos programas sociais da esfera federal e estadual, favorecendo o aprimoramento da concessão de benefícios e da prestação de serviços, tornando viáveis as metas propostas.

O Cadastro Único tem informações sobre cada uma das famílias e dos cidadãos registrados, atualizadas pelo menos a cada dois anos. É possível saber quem são, onde e como moram, os perfis educacionais, de trabalho e renda. Do ponto de vista de gestão das políticas públicas, permite-se ter conhecimento sobre o acesso a serviços como eletricidade, saneamento e coleta de lixo.

Os dados são coletados e atualizados pelos trabalhadores do SUAS nos municípios, sendo o Cadastro Único um instrumento para o efetivo acompanhamento das famílias extremamente pobres.

Por outro lado, ao adotar este instrumento para concessão de benefícios estaduais, obtém-se uma qualificação e ampliação também da base de dados do Estado de São Paulo, a partir da intensificação da utilização deste instrumento por parte das gestões municipais.

Ao fomentar a inclusão e a atualização cadastral no Cadastro Único dos beneficiários dos programas estaduais, tem-se uma melhoria dos indicadores cadastrais e da qualidade da gestão municipal do Cadastro Único.

Com o uso do Cadastro Único para a integração dos programas sociais, pretende-se alavancar os índices de atualização cadastral no território estadual, em benefício das famílias que, com dados

atualizados, manterão seu direito à participação nas políticas públicas associadas ao Cadastro Único, ampliando os recursos federais investidos no Estado de São Paulo e nos municípios paulistas, a partir do incremento dos recursos repassados pelo Governo Federal para incentivo à gestão - Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) e Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E).



FIQUE SABENDO

Uma das primeiras decisões da atual gestão foi a definição de qual seria o público prioritário a ser atendido em programas, projetos, serviços e benefícios do Estado de São Paulo. Partindo do pressuposto de que o Sistema Único da Assistência Social caminha no sentido da **universalização**, cabe ao Estado atender, prioritariamente, o público mais vulnerável, aqueles em situação de extrema pobreza. Para tanto, foi necessário juntar técnicos das diferentes equipes que pudessem apontar as maiores vulnerabilidades de São Paulo, entendendo a pobreza como fenômeno multidimensional.

Definiu-se que os programas estaduais atenderão prioritariamente famílias que tenham renda abaixo da linha da pobreza, ou seja, um rendimento per capita igual ou menor que R\$ 77,00 mensais.

Para calcular a multidimensionalidade da pobreza, optou-se por utilizar dados do CadÚnico, permitindo que a evolução da taxa da extrema pobreza seja facilmente acompanhada, já que o CadÚnico é atualizado pelo menos a cada dois anos. Cabe ressaltar que o grupo de trabalho sobre **elegibilidade** contou com o apoio da equipe da Fundação Seade. Mais uma vez, reforçamos que os critérios de elegibilidade servem para a priorização das famílias extremamente pobres e não são excludentes do público geral.

Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)

O Decreto Nº 49.688, de 17 de junho de 2005, estabelece especificamente, dentro do campo funcional da SEDS, responsabilidade pela formulação, coordenação, articulação, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social no Estado de São Paulo, voltada para o atendimento de segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, apoiada nos pilares da equidade, da sustentabilidade, da potencialização das capacidades das pessoas e da efetividade da ação pública.

Estabelece, ainda, que é seu objetivo conjugar esforços dos segmentos governamentais - estadual e municipal - e privados no processo de desenvolvimento social.

É neste contexto que, em 2015, realizamos um conjunto de iniciativas voltadas à elaboração do Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo (PEAS) para o período de 2016-2019.

A elaboração do PEAS, conforme prevê e determina a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), legitima e dá fiel cumprimento pelo Governo do Estado de São Paulo das diretrizes e dos compromissos elencados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Entendemos a construção do plano como um momento fundamental no desafio da integração de programas, projetos, serviços e benefícios. Por isso, o PEAS é fruto de uma construção coletiva, que envolveu dirigentes da SEDS e todo o corpo técnico, bem como representantes do CONSEAS, da Frente Paulista de Gestores Municipais da Assistência Social e grupos de usuários, sintetizando o direcionamento estratégico da política para os próximos quatro anos, a partir de ampla reflexão da situação atual e desenhando o futuro desejado para assistência social em São Paulo.

Relevante destacar que a Assistência Social no nosso Estado tem uma história de planejamento. Assim, o ciclo que se fecha com este documento traz aprendizados e consolida mais um patamar no fortalecimento de competências de todos os envolvidos. Avançará ainda mais na medida do monitoramento de suas metas e avaliação das experiências decorrentes.

Em que pesem todos os avanços já conquistados, os quais são significativos, a implementação prática e cotidiana da inclusão dos cidadãos mais vulneráveis e o desenvolvimento social, como um todo, ainda carecem, no Estado de São Paulo, de ações continuadas, conexas, convergentes e eficientes.

O PEAS, conforme previsto pela Política Nacional de Assistência Social, deve ser sustentado por um diagnóstico da realidade estadual que fundamente suas estratégias e proposições. Adicionalmente, por ser um instrumento que regula e que norteia a execução das políticas de assistência e desenvolvimento social no âmbito estadual, deverá, obrigatoriamente, estar articulado com o Plano Plurianual (PPA) proposto pelo Governo do Estado de forma a garantir sua maior consistência e eficácia.

O PEAS 2016-2019 define os objetivos e as ações estratégicas para promover avanços e fortalecer a Política Estadual de Assistência Social no território, considerando as situações identificadas no Diagnóstico Socioterritorial. Constitui-se no compromisso do Governo do Estado o estabelecimento de prioridades e metas, tornando-se o principal instrumento de planejamento e monitoramento das políticas públicas de assistência e desenvolvimento social no território paulista.

O esforço de planejamento estratégico participativo permitiu a todos os envolvidos uma leitura analítica sobre o presente da Assistência Social no Estado de São Paulo, as demandas da população, os serviços prestados, as realidades regionais, a atuação da SEDS e o esforço no fortalecimento do sistema e no atendimento à população em suas prioridades.

E promoveu uma visão de futuro com a projeção daquilo que se quer melhorar, transformar e construir: **uma Assistência Social que consolida o Sistema Único da Assistência Social - SUAS, voltada para o Desenvolvimento Social, comprometida com o enfrentamento da extrema pobreza no Estado de São Paulo e na melhoria de qualidade de vida dos cidadãos paulistas.**



FIQUE SABENDO

A atual gestão da SEDS trabalha, desde o seu primeiro dia, visando a integração de suas ações e melhoria no gasto do recurso público. Neste sentido, no ano de 2015, investimos esforços para concluir o projeto de desenvolvimento e implantação do sistema **Business Intelligence (Inteligência de Negócios)**, Sistema de Apoio à Tomada de Decisões e Georreferenciamento da SEDS.

Uma parceria do Estado de São Paulo com o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social - PNUD**, que compreende a importância de criar relatórios de cruzamento de dados para melhor monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios do SUAS e da pasta. Sem uma base de dados consistente, o gestor não pode tomar decisões estratégicas de forma segura. Sendo assim, concentramos esforços para o melhor desenvolvimento da coordenadoria de gestão estratégica.

Os Conselhos

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público, cuja atribuição é propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua existência.

Encontram-se vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) o Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), do Idoso (CEI) e dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CONDECA).

O CONSEAS é a instância responsável pelo controle das políticas públicas estaduais de assistência social. O CEI deve articular, mobilizar, estimular, apoiar, fiscalizar e deliberar projetos e questões relativas à Política Estadual do Idoso. O CONDECA, por sua vez, tem como uma de suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

O Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), o Fundo Estadual do Idoso (FEI) e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA), vinculados aos seus respectivos Conselhos, têm a função de facilitar a alocação dos recursos, visando o cumprimento imediato e a eficácia das políticas públicas correspondentes.

O controle sobre esse processo é exercido por instâncias internas (o próprio Conselho e o Poder Executivo) e externas (o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas).

A SEDS é responsável em dotar os Conselhos e Fundos das condições institucionais para seu funcionamento: espaço físico, equipamentos, pessoal técnico e administrativo. Outra preocupação constante da SEDS é qualificar os atores que atuam como conselheiros para que compreendam quais são os objetivos e as atribuições dos conselheiros.

Uma importante vitória conquistada em 2015 foi a assinatura do Decreto nº 61.367, 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a contribuição de empresas estatais ao Fundo Estadual dos Direitos e do Adolescente e ao Fundo Estadual do Idoso a título de incentivo fiscal.

Desta forma, o Governo do Estado de São Paulo tem condições de mobilizar vontades e criar condições políticas para tornar realidade o que está prescrito no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e no Estatuto do Idoso.



Foto: Divulgação/ SEDS



Dentre as principais ações do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA)** no ano de 2015, está a realização das Conferências Regionais, Estadual Convencional e Lúdica dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e o Edital de Chamamento Público.

A primeira etapa para o processo das conferências iniciou-se em fevereiro com seis encontros macrorregionais para sensibilização e orientação de gestores, representantes de entidades e conselheiros municipais. Foram realizadas 26 Conferências Regionais Lúdicas e 26 Conferências Regionais Convencionais, mobilizando para a discussão mais de 20 mil cidadãos, entre crianças, adolescentes, gestores municipais e estaduais.

O processo culminou com a realização, entre os dias 14 e 18 de agosto, da conferência estadual na cidade de Ribeirão Preto, com a presença de mais de 900 delegados. O segundo ponto de destaque deste Conselho foi o edital de chamamento de projetos para serem financiados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na ocasião, o edital gerou a inscrição de 678 projetos, dos quais 248 foram classificados para serem financiados com recursos do Fundo Estadual, na ordem de R\$ 49 milhões. Os outros 430 receberam certificação para captação de recursos.

É necessário destacar a Deliberação 01/2014, que modificou a maneira de arrecadação do Fundo Estadual, permitindo que os destinadores escolhessem, dentre os projetos aprovados no edital, aqueles que gostariam de financiar. Esta mudança de procedimentos gerou uma substancial elevação na arrecadação do Fundo, de 810% em 2015, subindo de R\$ 4 milhões para R\$ 25 milhões.



A X Conferência Estadual de São Paulo teve como tema: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", lema: "Pacto Republicano no SUAS, rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos".

Foto: Divulgação/ SEDS

ID da Imagem: 255266638 - Copyright: Arthimedes

Imagem da Shutterstock - Agência: Propeg



O **Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS/SP)**, cumprindo seu papel de instância de controle social, interligado às três esferas de governo, teve como conquistas em 2015:

- Dia: 08/03/2015 – Realização do Pleito Eleitoral para renovação de 1/3 dos membros do CONSEAS/SP, conforme previsto na Lei de Criação nº 9177/1995.
- De 16 a 26 de junho de 2015 - Realização de 06 Encontros Macrorregionais de orientação aos 645 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS). Os encontros tiveram como objetivo fomentar e orientar sobre a participação dos municípios na X Conferência Estadual de Assistência Social.
- De 6 a 8 de outubro de 2015 - Realização da X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo - Águas de Lindóia.

Observou-se, em 2015, o fortalecimento dos órgãos de controle social no Estado de São Paulo (98% dos 645 municípios realizaram conferências municipais).

Na X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, a representação municipal foi expressiva: 428 municípios estiveram presentes, entre metrópoles e municípios de pequeno porte, totalizando 1.153 participantes. Total de Delegados: 588 sendo 343 do Poder Público e 245 da Sociedade Civil (63 usuários; 106 trabalhadores e 76 entidades).

Congregar os municípios paulistas com seus diferentes atores (gestores, trabalhadores e usuários) com o propósito de avaliar e construir estratégias para o futuro do SUAS foi o principal objetivo da X Conferência Estadual de Assistência Social.

A conferência fomentou a mobilização e a participação social e deliberou importantes diretrizes para a Política da Assistência Social, definindo prioridades para a Construção do Plano Decenal da Assistência Social do Estado e para a União. Neste importante encontro, foram escolhidos os 900 delegados que representaram o Estado de SP na X Conferência Nacional de Assistência Social.

· De 17 a 18 de novembro de 2015: Realização do 33º Encontro Descentralizado e Ampliado do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS), que teve como objetivo dialogar, articular e fortalecer a democracia e ampliar a participação de todos os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) na efetivação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Participaram representantes de 13 (treze) CEAS, a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.

· Aprovação de Programas e Projetos Estaduais, através das Deliberações abaixo descritas:

· **Nº 006** de 24 de março de 2015, dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para aplicação dos Recursos Financeiros, IGD/SUAS, do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD/PBF) e Plano das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), para o exercício de 2015;

· **Nº 007** de 24 de março de 2015, dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) 2015;

· **Nº 017** de 21 de julho de 2015, dispõe sobre a aprovação da implantação do Sistema Estadual Informatizado de Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (MSE-WEB);

· **Nº 018** de 21 de julho de 2015, dispõe sobre a aprovação do Projeto Técnico de Modernização e Aprimoramento Gerencial dos Programas Sociais da SEDS;

· **Nº 022** de 22 de setembro de 2015, dispõe sobre a aprovação do Projeto das Emendas Parlamentares apresentadas pela SEDS e aprovação da declaração SICONV pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS/SP);

· **Nº 025** de 29 de outubro de 2015, dispõe sobre a aprovação do Projeto das Emendas Parlamentares apresentadas pela SEDS e aprovação da declaração SICONV pelo CONSEAS/SP;

· **Nº 026** de 24 de novembro de 2015, dispõe sobre a aprovação do Projeto Família Paulista da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social;

· **Nº 027** de 24 de novembro de 2015, dispõe sobre a Aprovação da Proposta de Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;

· **Nº 031** de 15 de dezembro de 2015, dispõe sobre a Aprovação da Proposta de Implementação do Programa Ação Jovem - Juventude Participa.

*** Deliberações nº 002, 019, 028 de 2015 - Aprovação da Prestação de Contas do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira Trimestral do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), apresentado pela Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios da SEDS.



CONSELHO ESTADUAL
DO IDOSO

O Conselho Estadual do Idoso (CEI) é um órgão deliberativo paritário, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), com fundamento na Lei N° 12.548, de 27/02/2007, cujas atribuições são articular, mobilizar, estimular, apoiar, fiscalizar e deliberar projetos, questões relativas à Política Estadual do Idoso em todas as suas instâncias, em consonância com a Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso (artigos 52 e 53).

Também faz parte de seu campo de atuação buscar parcerias com os órgãos públicos e instituições da sociedade civil, assim como opinar sobre os critérios de atendimento e os recursos financeiros destinados pelo Estado às instituições que prestam serviços às pessoas idosas, apoiando todas as iniciativas que visam promovê-las em qualquer município do Estado. Em São Paulo, a transformação etária populacional já é uma realidade.

Hoje a população idosa representa 12,2% da população total do Estado de São Paulo (cerca de 5,4 milhões de pessoas). A projeção para 2030 é de 9.316.614 (Fonte: Fundação Seade). As regiões do Estado se comportam de maneira distinta, com índices de envelhecimento bastante elevados nas regiões Noroeste, Baixada Santista e Grande São Paulo. Nesta perspectiva, a Secretaria de Desenvolvimento Social, em conjunto com o CEI, busca unir esforços para que o idoso qualifique sua participação na sociedade e seja o agente da mudança de que o País necessita.

Todos os temas relacionados à pessoa idosa integraram um plano de aplicação dos recursos do **Fundo Estadual do Idoso (FEI)**, cujo edital de chamamento público visa à seleção de projetos no seu âmbito de competência, será publicado em 2016. O Fundo Estadual do Idoso destina-se a financiar programas e ações voltadas à pessoa idosa, com o objetivo de assegurar seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Como o FEI é constituído por recursos públicos (providos, em parte, diretamente pelo Estado e, em parte, por doação dos contribuintes), suas receitas devem ser geridas conforme os princípios constitucionais que regem os Orçamentos Públicos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal). O controle sobre esse processo é exercido por instâncias internas (o próprio Conselho e o Poder Executivo) e externas (o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas).

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social dá suporte à gestão do Fundo Estadual e também designa seu gestor financeiro. Constituído por 26 membros titulares e respectivos suplentes, nomeados e empossados pelo Governador do Estado, o Conselho convoca, a cada dois anos, ordinária ou extraordinariamente, a Conferência Estadual do Idoso, para avaliar o desenvolvimento da Política Estadual relativa à pessoa idosa e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

No último encontro, com a presença de mais de 300 participantes, a **XIV Conferência Estadual do Idoso**, realizada entre 28 e 30 de setembro de 2015, em Águas de Lindóia, discutiu o protagonismo e o empoderamento do idoso. Deste tema, desdobraram-se quatro eixos: Gestão (programas, projetos e ações), Financiamento (Fundo do Idoso e orçamento público), Participação (política e controle social) e Sistema de Direitos Humanos (violência contra o idoso), que resultaram em propostas de aperfeiçoamento para as diversas políticas públicas na garantia dos direitos da população idosa. A conferência foi precedida de 341 conferências municipais, que reuniram um público de 29.130 pessoas.

Discussões como essas desenham mais uma página do futuro do nosso Estado e conseguem viabilizar, junto com a Secretaria, o compromisso de discutir e incorporar as deliberações que emergem desses e de outros encontros, tornando, assim, São Paulo cada vez mais amigo do idoso.

PROGRAMAS

SERVIÇOS E AÇÕES



Falar de programas, serviços e ações desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) nos convida à apropriação do conceito de Gestão Pública expresso na carta constitucional e em leis infraconstitucionais que definem a condução das políticas públicas sociais.

A descentralização, a municipalização, a autonomia dos serviços e a participação deliberativa da sociedade são consignas gestoras que, de maneira geral, foram consolidadas. No entanto, as novas realidades do século XXI pressionam para a introdução de arranjos de gestão mais complexos.

Para além da descentralização, a **ênfase na territorialização** da ação das políticas públicas de forma a chegar próxima e presente à vida e à demanda dos cidadãos.

A participação de agentes, atores e beneficiários da política pública por meio de conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, é condição necessária à governança e à governabilidade social. As políticas públicas dependem hoje de soluções democraticamente partilhadas entre Estado e sociedade. Asseguram a transparência, a voz e o controle social.

A **intersectorialidade** da ação pública é outra das consignas gestoras que visa romper com o viés da fragmentação e conquistar uma intervenção pública integrada, eficiente e assertiva.

A gestão da política pública é chamada a imprimir sistemas abertos de coordenação e conduzir **ações articuladas em redes multiinstitucionais e intersectoriais** com vistas a mobilizar vontades, induzir, pactuar e fazer acontecer processos e ações de maior densidade e maior impacto na vida do cidadão.

A condução das ações em rede agrega diversos serviços, projetos, sujeitos e organizações no âmbito do microterritório e processam uma ação pública sinérgica voltada à efetividade e à equidade social em seus resultados.

Lígia Pimenta

Coordenadora de Desenvolvimento Social

Programa Família Paulista



Lançado em 2015, o Programa Família Paulista é a estratégia do Governo de São Paulo para o enfrentamento da extrema pobreza.

Segundo o IBGE*, existem no Estado, cerca de 365 mil famílias em situação de extrema pobreza, isto é, vivendo com renda familiar mensal de até R\$ 77,00 per capita. Apesar do considerável declínio verificado nos últimos 15 anos (uma queda de 60%), houve um aumento nos anos recentes no número de famílias extremamente pobres no Estado e no País. A superação dessa questão demanda ações que vão além da transferência de renda, que sejam capazes de entender a pobreza em suas diversas dimensões, com foco na mobilidade social destas famílias, garantindo maior efetividade e sustentabilidade às políticas públicas junto a este grupo.

A metodologia proposta pelo Programa Família Paulista, integrada, participativa e voltada para o protagonismo das famílias, tem como meta atender 200 mil famílias paulistas até 2019 (representando 56% das famílias em extrema pobreza do Estado) e propõe aprimorar os mecanismos existentes de gestão, monitoramento e avaliação.

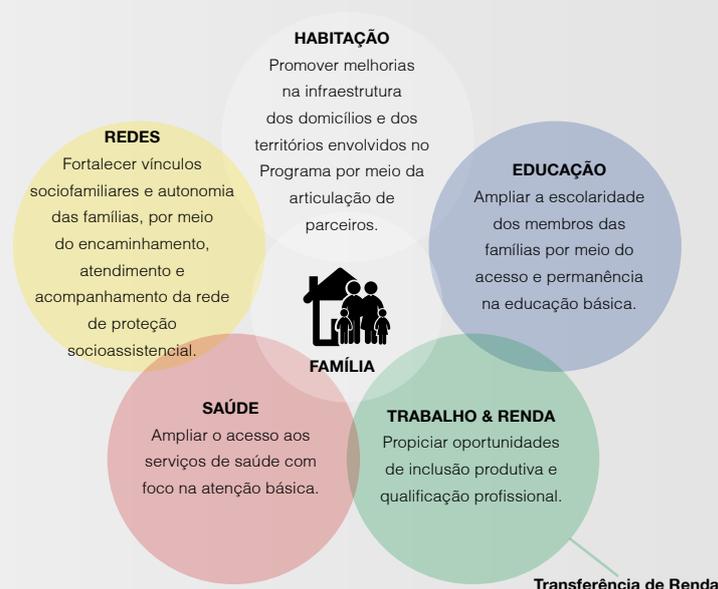
CONCEITO DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

O Família Paulista cumpre a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD). Entre as principais demandas dos ODS, estão o enfrentamento da pobreza, a segurança alimentar e a inclusão em sentido abrangente.

Portanto, o Programa foi construído com base no conceito de pobreza multidimensional, que reconhece a importância da renda familiar como determinante da condição de vida, mas vai além, entendendo-a como um fenômeno complexo e relacionado a fatores como educação, saúde, trabalho, habitação, acesso a serviços públicos, dentre outros.

A INTERSETORIALIDADE NA PRÁTICA

A concretização de ações intersectoriais evidencia uma nova forma de atuação do Estado e busca superar a atuação individual e desarticulada de cada órgão e esfera governamental. A Secretaria de Desenvolvimento Social iniciou, junto a outras secretarias estaduais, a construção de estratégias conjuntas voltadas à população em situação de extrema pobreza no Estado. Para garantir que essa estratégia de atuação conjunta se torne uma realidade também nos municípios participantes, o Programa Família Paulista ofertará capacitações aos gestores municipais de diversas áreas sobre questões como gestão em rede, inovação e trabalho com famílias e territórios em situação de vulnerabilidade.



*Censo Demográfico de 2010.

TRABALHO COM AS FAMÍLIAS

O primeiro passo na implementação do programa em cada município é a definição dos territórios a serem atendidos. Em cada território, a seleção de famílias beneficiárias do programa tem como base o CadÚnico, garantindo mais eficiência e segurança nesse processo, além da possibilidade de acompanhamento das famílias após sua passagem pelo programa.

As famílias serão entrevistadas para a complementação dos dados do CadÚnico e geração do Retrato da Família: uma “fotografia” de suas privações em cada uma das áreas do programa. A construção de ações a serem colocadas em prática é chamada de Agenda da Família. Além das ações previstas nesta agenda, todas as famílias participarão de pelo menos 10 encontros durante seus 12 meses de permanência no Programa. O Programa Família Paulista reconhece a responsabilidade do Estado, mas também dá à família o papel de agente de sua própria transformação, em vez de receptora passiva de benefícios.

MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Na primeira etapa do Programa, que ocorre nos anos de 2015 a 2017, aproximadamente 50 mil famílias serão beneficiadas em 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A escolha por essa região se deve ao fato de seus municípios concentrarem 57% da população em extrema pobreza no Estado, segundo o IBGE. A priorização de municípios foi feita com base no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), indicador produzido pela Fundação Seade.

Ao longo do primeiro semestre de 2016, esses municípios estruturarão seus planos de ação, definirão os territórios a serem beneficiados, estabelecerão suas metas de atendimento e contratarão o pessoal necessário para a realização do trabalho com as famílias. De 2016 a meados de 2017, será desenvolvido o trabalho com as famílias.

Já os últimos meses de 2017 serão dedicados à avaliação dos resultados do trabalho desenvolvido. Ainda em 2017, o Programa será estendido para mais 50 mil famílias em municípios das regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, além de mais cerca de 50 municípios do interior do Estado.

MUNICÍPIO / FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS - 1ª FASE

Arujá: 1.453	Itaquaquecetuba: 2.680
Biritiba Mirim: 1.441	Jandira: 477
Caieiras: 208	Juquitiba: 2.004
Cajamar: 3.031	Mairiporã: 1.250
Carapicuíba: 2.969	Mauá: 550
Cotia: 717	Mogi das Cruzes: 4.500
Diadema: 3.678	Osasco: 4.125
Embu das Artes: 1.783	Pirapora do Bom Jesus: 501
Embu-Guaçu: 1.648	Poá: 1.299
Ferraz de Vasconcelos: 1.264	Rio Grande da Serra: 1.413
Francisco Morato: 1.056	Salesópolis: 212
Franco da Rocha: 1.285	São Lourenço da Serra: 575
Itapecerica da Serra: 722	Suzano: 2.068
Itapevi: 1.415	Taboão da Serra: 2.136

INVESTIMENTOS

Na primeira etapa do programa, serão investidos cerca de R\$ 77 milhões para o atendimento nos 28 municípios selecionados.

PRIMEIROS PASSOS

O evento de lançamento do Programa foi realizado em 2 de dezembro no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do governador Geraldo Alckmin e de prefeitos dos municípios da etapa inicial do Programa. Em janeiro de 2016, a SEDS convidou gestores e equipes técnicas dos 28 municípios que assinaram o Termo de Adesão do Programa para alinhamento das próximas etapas. A previsão é que o trabalho com as famílias participantes seja iniciado em julho de 2016.



BOMPRATO

Instituída através do Decreto n.º 45.547, de 26 de dezembro de 2000, com objetivo de oferecer à população de baixa renda refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível, a rede de restaurantes **Bom Prato** serve diariamente cerca de 82 mil refeições – são 78,9 mil durante a semana e mais 3,7 mil no fim de semana, na unidade Campos Elíseos.

Com 1.200 calorias, o almoço é composto de arroz, feijão, salada, legumes, um tipo de carne, farinha de mandioca, pãozinho, suco, sobremesa (geralmente uma fruta da época) e tem o custo de R\$ 1,00 (um real) para o usuário. O subsídio governamental é de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos) para adultos e R\$ 4,81 (quatro reais e oitenta e um centavos) para crianças com até 06 (seis) anos, que têm refeição gratuita. Já o café da manhã tem 400 calorias em média, custa ao usuário R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e inclui leite com café, achocolatado ou iogurte, pão com margarina, requeijão ou frios e uma fruta da estação. Em setembro de 2011, o serviço de café da manhã foi implantado em todos os restaurantes da rede, com subsídio do Estado no valor de R\$ 1,03 (um real e três centavos) por refeição matinal.



ATENDIMENTO/ ORÇAMENTO 2015

REFEIÇÃO SERVIDA	ATENDIMENTOS	VALORES
CAFÉ DA MANHÃ	2.789.787	R\$ 2.322.045,26
ALMOÇO ADULTO	15.776.933	R\$ 53.895.231,64
ALMOÇO CRIANÇA	407.799	R\$ 1.791.090,30
TOTAL GERAL	18.974.519	R\$ 58.008.367,20

*De Janeiro a Dezembro/ 2015 – Efetivado

AÇÕES 2015

- Aumento do subsídio do almoço de R\$ 3,50 para R\$ 3,81 e café da manhã de R\$ 0,80 para R\$ 1,03.
- Promoção de saúde bucal nas unidades junto aos usuários do Bom Prato em parceria com o Instituto Sorridents.
- Implantação do projeto “Segunda sem Carne” na unidade Bom Prato de Santo Amaro.
- Comemoração dos 15 anos de funcionamento da rede de restaurantes Bom Prato.
- Alcance da margem de 150 milhões de refeições servidas na rede de restaurantes Bom Prato.
- Participação do Secretário de Desenvolvimento Social na Expo Milano 2015, onde foram apresentadas as ações do Governo de São Paulo na área de Segurança Alimentar.
- Participação da Secretaria de Desenvolvimento Social na V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Inauguração de 3 novas unidades nos municípios de Botucatu, Franca e Limeira; e 2 mudanças de imóvel de unidades em situações precárias de atendimento.
- Realização da pesquisa de perfil de usuários do Programa Bom Prato.



VIVALEITE

O **Vivaleite**, parte integrante do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em situação de vulnerabilidade social, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de janeiro de 2011, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN), administra o programa, conforme Decreto nº 56.674. O programa distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado, enriquecido com ferro, vitaminas A e D.

O principal objetivo do programa é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças que vivem em condição de risco nutricional. A presença do projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região. A qualidade do leite distribuído é constantemente monitorada em coletas de amostras que são encaminhadas para análise ao Instituto Adolfo Lutz. Ocorreram ao longo do ano aproximadamente 240 coletas. O Vivaleite é considerado o maior programa de Segurança Alimentar governamental de distribuição gratuita de leite fortificado da América Latina.

Uma parceria firmada com a Corregedoria Geral da Administração realizou o cadastramento de todas as entidades do Vivaleite no Cadastro Estadual de Entidades, conforme decreto 57.501, para obter o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE). Foram realizadas diversas ações com as entidades, como reuniões, promoção de eventos, ação social e capacitações. Para garantir a qualidade do produto, a SEDS busca intensificar, com as autoridades competentes, a fiscalização do transporte do leite da distribuidora até o ponto de entrega (prefeitura ou entidade).

Trabalha-se pela unificação cadastral dos beneficiários no CadÚnico. Assim, além de uma maior confiabilidade nos dados socioeconômicos das famílias, haverá o compartilhamento dos dados com outros programas e ações do Governo. Houve alteração no critério de elegibilidade dos beneficiários, priorizando o benefício a crianças ou idosos inseridos em famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo.

DADOS VIVALEITE 2015

BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS EM MÉDIA POR MÊS:	537.886
CRIANÇAS ATENDIDAS EM MÉDIA POR MÊS:	432.483
IDOSOS ATENDIDOS EM MÉDIA POR MÊS:	105.403
PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO DO LEITE NO INTERIOR:	3.059
ENTIDADES PARCEIRAS NA CAPITAL E RMSP:	2.676
USINAS CONTRATADAS NO PROJETO:	29
TOTAL DE LITROS DISTRIBUÍDOS:	95.783.323
TOTAL DE INVESTIMENTO:	R\$187.501.606,22

**RMSP - Região Metropolitana de São Paulo*

AÇÕES 2015

- Feira de Artesanato Revelando as Entidades, com a realização de 3 feiras de artesanato para geração de trabalho e renda (Parque da Água Branca);
- Ação Social e Cidadania Zona Leste, com atendimentos gratuitos e a participação de 1.000 pessoas (Fábrica de Cultura de Itaim Paulista);
- Renovação dos Convênios;
- Participação das Entidades do Vivaleite na Virada Cultural de São Paulo com a exposição de trabalhos de 110 artesãos com a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO);
- Fortalecimento da agricultura familiar dentro da cadeia produtiva do leite. Parceiro: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP);
- Garantia do alto padrão na qualidade do produto (Instituto Adolfo Lutz, Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA));
- Fortalecimento da rede de Entidades Sociais parceiras do Programa;
- Reuniões Regionais com Entidades;
- Inclusão das famílias do Vivaleite na Rede de Proteção Social.



PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Governo do Estado de São Paulo tem sob sua gestão os programas Renda Cidadã e Ação Jovem e participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

O **Ação Jovem** é um programa do Governo do Estado de São Paulo que tem como objetivo estimular os jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, a concluir a escolaridade básica, favorecendo a mobilidade social. O programa, gerenciado pela SEDS, transfere aos jovens participantes uma “bolsa incentivo” mensal e oferta, por meio das 642 prefeituras municipais parceiras, ações complementares para o desenvolvimento pessoal dos jovens, visando ampliar sua capacidade de inserção no mercado de trabalho. Além disso, a SEDS fez várias parcerias para otimizar o programa:

Ação Jovem

- Sesc-SP para ofertar atividades culturais, esportivas e de lazer aos jovens participantes e seus familiares;
- Fundação CASA para atendimento aos jovens que cumprem medida de semiliberdade;
- Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) para atender os jovens, de 18 a 24 anos, acompanhados pelo programa Pró Egresso da SAP.



“Sou uma adolescente que teve o benefício de receber o Ação Jovem. Moro com minha mãe, que trabalha como manicure, meu padrasto, que trabalha em uma funilaria e tenho mais 4 irmãos mais novos que apenas estudam. Antes de receber o Ação Jovem, as coisas em casa eram bem apertadas e eu não podia ajudar em nada. Tinha que abrir mão de muita coisa. Quando comecei a receber o dinheiro, muita coisa melhorou. Pude comprar muitas coisas e até ajudar em casa. Ou seja, o benefício foi um pequeno empurrão para um grande passo que me ajudou bastante. Sou grata por ter a oportunidade de recebê-lo para poder ajudar em casa”.

Jhenyfer Cristiny Cardoso Costa

Bauru / São Paulo

AÇÕES 2015

- Desde sua implantação, em 2004, o Ação Jovem já atendeu mais de 500 mil jovens. Em 2015, o programa chegou a reunir 105 mil jovens;
- Avaliação periódica do desenvolvimento do programa e dos resultados apresentados; manutenção da parceria com o Sesc-SP;
- Gestão de cadastro; gestão de benefício; orientação técnica e operacional; monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras e demais parceiros;
- Implantação do novo relatório estatístico no Aplicativo Ação Jovem, o qual possibilita aos parceiros traçar o perfil dos beneficiários localmente e, reavaliação do programa com proposta de alteração para o seu aperfeiçoamento em andamento.
- Orçamento de R\$ 91.430.960,00, efetivamente investidos.



O **Programa Renda Cidadã** tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal familiar per capita, prioritariamente, no limite de um quarto do salário mínimo, até o máximo de meio salário mínimo nacional. Propõe ações que possibilitem a saída da família da situação de pobreza, autossustentabilidade e melhoria da qualidade de vida além do benefício financeiro e ações socioeducativas, de geração de renda e de qualificação profissional.

Para isso, o Governo do Estado, por meio da SEDS, repassa o valor de R\$ 80,00 por mês a cada família diretamente. O Programa, criado em setembro de 2001, já atendeu mais de 1 milhão de famílias e investiu R\$ 1,4 bilhão. Os beneficiários possuem o seguinte perfil: 93% são mulheres chefes de família, 59% não trabalham, 16% tem entre 18 e 25 anos, 27% tem ensino fundamental incompleto e 18%, ensino médio completo.

O Renda Cidadã está presente em 644 municípios do Estado, exceto Jumirim, e conta com três parceiros estaduais: Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) (1.300 vagas), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (900 vagas) e Fundação Casa (500 vagas).

FINALIDADES DO PROGRAMA

Autossustentabilidade e melhoria da qualidade de vida mediante benefício financeiro e ações socioeducativas, de geração de renda e de qualificação profissional.



CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- Comprovar ou declarar renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional;
- Apresentar comprovante ou declaração de endereço onde possa ser localizada;
- Quando houver presença de criança e adolescente com idade entre 6 e 15 anos, deverá ser comprovada matrícula e frequência no ensino fundamental;
- Quando houver presença de criança de até 6 anos, apresentar carteira de vacinação atualizada.

AÇÕES COMPLEMENTARES

As ações complementares são atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e/ou privada, com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários como:

- Serviço Socioeducativo;
- Apoio à Formação e Capacitação: esta ação tem por objetivo promover a formação e/ou educação socioprofissional para o trabalho coletivo ou individual.

PAGAMENTO ÀS FAMÍLIAS:

- Prefeitura: seleciona, cadastra e promove atividades complementares aos beneficiários;
- Estado: libera o recurso para o pagamento do benefício, apoia as atividades complementares, monitora e avalia o programa.



FIQUE SABENDO

A SEDS realizou um levantamento de demanda do **Programa Renda Cidadã - Benefício Idoso** em abril de 2015, que consistia em apurar quantos idosos o programa tinha com perfil para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC é direcionado aos idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência, e da direito a um salário mínimo. Dessa maneira, a SEDS identificou no sistema de cadastro Pró-Social 635 idosos, de 4.323 que estavam na base, que atendiam o perfil para o BPC. Os CRAS tiveram um papel muito importante no encaminhamento desses idosos, pois os orientaram no pleito para receber o benefício do BPC, permitindo elevar a renda desse grupo muito vulnerável social e economicamente.



PROGRAMA RENDA CIDADÃ – BENEFÍCIO IDOSO

O Programa Renda Cidadã - Benefício Idoso tem como objetivo atender idosos, com 80 anos ou mais, que integram família com renda mensal per capita, prioritariamente, no limite de um quarto do salário mínimo, até o máximo de meio salário mínimo nacional. Suas finalidades são diminuir a privação social e situações de risco, reduzir a dependência e ampliar a autonomia, e promover o bem-estar e a qualidade de vida do idoso. O valor repassado pelo Governo do Estado é de R\$100,00 por mês a cada beneficiário. Desenvolvido pela SEDS e executado de forma descentralizada em parceria com os municípios, por meio do órgão gestor da Assistência Social, foi criado em março de 2013 e atualmente abrange 381 municípios, já tendo atendido mais de 4 mil idosos.

AÇÕES 2015

- Relatórios gerenciais para acompanhamento das famílias, controle de metas ociosas e monitoramento e avaliação da gestão municipal;
- Reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social;
- Orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso e seus respectivos Aplicativos de Gestão;
- Atualização mensal de metas e recursos do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso;
- Alimentação de informações nos sistemas do Governo SIMPA da Secretaria de Planejamento e Cadastro de Obras e Ações do Governo da Casa Civil;
- Participação nos Grupos de Trabalho: Fluxo de Atendimento; Critério de Elegibilidade; Integração das áreas técnicas; Banco de Dados; Comissão do SP Solidário e validação de regras de negócio para o Business Intelligence (B.I.);
- Encontros: Apresentação Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD); Comemoração 25 anos do ECA no Palácio; apresentação do IPRS pela Fundação Seade; apresentação da empresa EZUTE de integração de cadastro;
- Participação no Seminário Internacional de Aperfeiçoamento das políticas públicas no Brasil a partir de resultados: desenvolvimento de competências e sistemas de monitoramento e avaliação. Participação no curso Enfrentamento da Extrema Pobreza;



É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias com renda mensal per capita de até R\$ 154,00. O Programa associa a transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do **Programa Bolsa Família**, compartilhando responsabilidades com a União e com os 645 municípios do Estado por meio de apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e do PBF. Em 2015 foram incluídas mais de 120 mil famílias no Programa, totalizando 1,42 milhões de famílias atendidas no Estado de São Paulo. As famílias recebem valores que variam de R\$ 77,00 a R\$ 336,00. As famílias com crianças de zero a seis anos que, mesmo com auxílio do PBF continuam em situação de pobreza extrema, também recebem o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) no valor equivalente ao necessário para que a família supere os R\$ 77,00 mensais por pessoa.

AÇÕES 2015

- Orientações às DRADS e municípios sobre o conteúdo técnico do Programa;
- Reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social;
- Reuniões mensais com o Colegiado do PBF (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do Programa;
- Participação em encontros, seminários, capacitações; realização de capacitações em Gestão do PBF;
- Organização de turmas para as capacitações do Sistema de Benefício do Cidadão (SIBEC), junto com a CAIXA;
- Acompanhamento junto ao Instituto Ideias referente à tarifa de energia elétrica das famílias cadastradas no CadÚnico;
- Participação no Encontro da Região Sul e Sudeste para discussão de metodologia de trabalho com os municípios prioritários;
- Participação nos Encontros Nacionais dos Coordenadores do Programa Bolsa Família com MDS para avaliação e planejamento dos trabalhos desenvolvidos;
- Participação no Encontro Nacional Intersectorial de Coordenadores Estaduais do Programa Bolsa Família para avaliação, troca de experiência e levantamento de demandas para o MDS.

Em 2015, destacou-se o Encontro Estadual - Intersectorial do Colegiado do PBF, com 38 municípios que apresentam mais dificuldade na gestão das condicionalidades de saúde (gestante, nutriz e crescimento e desenvolvimento de menores de 7 anos), educação (frequência escolar), atualização do cadastro único e execução do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), na tentativa de propor soluções para melhorar os índices do Programa em locais que, segundo a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), apresentaram necessidade de apoio.



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), é um benefício da Política de Assistência Social, integrante da Proteção Social Básica do SUAS, financiado pelo Governo Federal. Está previsto na Constituição Federal de 1988, regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto do Idoso e em Normativas Operacionais.

Consiste no pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e pessoas com deficiência, cuja renda familiar mensal por pessoa não ultrapasse o correspondente a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, permitindo aos beneficiários o acesso às condições mínimas de uma vida digna. Em muitas regiões, o BPC movimenta o comércio da cidade. O BPC deve ser articulado com os diversos serviços e políticas da assistência social para ampliar a proteção a idosos e pessoas com deficiência e suas famílias. No ano de 2015, foram beneficiadas 317 mil pessoas com deficiência e 366 mil idosos, totalizando R\$ 5,9 bilhões de recursos pagos (base novembro 2015).

COMO SABER QUEM TEM DIREITO AO BPC

O idoso precisa comprovar que tem 65 anos ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário e que a renda da família é inferior a 1/4 do salário mínimo por pessoa. Pessoa com deficiência - deve comprovar que a renda da família é inferior a 1/4 do salário mínimo por pessoa e que não recebe nenhum benefício previdenciário. Deve comprovar, também, que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

COMO REQUERER O BPC

Para requerer o BPC, não é necessário nenhum intermediário e não é preciso pagar por isso. Basta procurar o CRAS, ou a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou ir diretamente em agência do INSS mais próxima da residência. Pessoas em situação de rua também podem requerer o benefício. O BPC será suspenso caso haja melhoria nas condições financeiras do beneficiário, se comprovada qualquer irregularidade ou em caso de morte do beneficiário.

AÇÕES INTEGRADAS DO BPC

- BPC na **Escola** - Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Promove a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos.
- BPC **Trabalho** - Promove o acesso ao trabalho às pessoas com deficiência beneficiária, na faixa etária de 16 a 45 anos, prioritariamente, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e a outras políticas públicas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho.

AÇÕES 2015

- Realização de Palestras com o tema BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na 6ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Participação em Oficina para redefinição de nova estruturação da Câmara Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista – em Santos;
- Apresentação do BPC e BPC na Escola em Audiência Pública sobre Paralisia Cerebral – em Santos;
- Participação em Seminário Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – em São Carlos;
- Coordenação e realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola.



O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações socioassistenciais cujo objetivo é a retirada de crianças e adolescentes do trabalho infantil. Os principais encaminhamentos são a inclusão das famílias com crianças retiradas do trabalho infantil nos Programas de Transferência de Renda, sua inserção em atividades socioeducativas e das famílias no acompanhamento pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para que elas acessem outros direitos como creche, educação e saúde etc. A equipe estadual do PETI assessora os municípios do Estado, articulando ações, com outras políticas setoriais, órgãos do Sistema de Justiça, Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho e com outras entidades da sociedade civil, ações de sensibilização da sociedade.

MUDANÇA RECENTE DO PERFIL DO TRABALHO INFANTIL

Enquanto na maioria dos Estados brasileiros a frequência do trabalho infantil se dá principalmente na agricultura, em São Paulo, o trabalho infantil ocorre, fundamentalmente, em áreas urbanas. Estas situações são muito difíceis de se localizarem, pois estão dispersas e ocultas. Para enfrentar esta situação, ocorreram importantes mudanças no PETI. A principal foi o aprimoramento do socioeducativo dirigido às crianças e adolescentes retirados do trabalho. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), atualmente, deve ser ofertado em estreita relação com o acompanhamento familiar realizado pelo CRAS.

DIAGNÓSTICO E PERFIL ATUAL DO TRABALHO INFANTIL

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2014 do IBGE, há no Brasil 3,33 milhões de crianças e adolescentes exercendo atividade econômica entre 05 a 17 anos. Sendo 2,182 milhões do sexo masculino e 1,148 milhões do sexo feminino. Em São Paulo, há um total de 501.841 pessoas entre 05 a 17 anos ocupadas. Deste total, em torno de 276 mil são do sexo masculino (54%) e 226 mil do sexo feminino (46%). Na faixa etária de 05 a 15 anos, faixa do público alvo do PETI, há 120.903 ocupados, sendo 60,61% do sexo masculino e 439,39% do sexo feminino. Os dados da PNAD 2014 apontam que a inserção dos adolescentes de 14 e 15 anos no mundo do trabalho ocorre de forma precária, pois a maioria trabalha na condição de empregados sem carteira de trabalho assinada.

Fonte: PNAD 2014 do IBGE

Trabalho Infantil de 10 a 15 anos com Carteira de Trabalho ou não. Dados de São Paulo	ANO	10- 15 ANOS	SEM CT	COM CT	% SEM CT	% COM CT
	2011	114.813	136.289	12.524	91,58%	8,42%
2012	126.119	114.051	12.068	90,43%	9,57%	
2013	108.553	98.635	9.918	90,86%	9,14%	
2014	118.683	104.536	14.147	88,08%	11,92%	

*CT: Carteira de Trabalho

Observa-se o quanto é importante avançarmos no sentido de garantir o acesso às vagas de aprendizagem aos adolescentes a partir dos 14 anos. A aprendizagem juntamente com o SCFV, os PTRs e a Educação Integral formam as principais oportunidades na política pública para o combate concreto do trabalho infantil. O Programa encontra-se estruturado em cinco eixos: diagnóstico, identificação e busca ativa, proteção social, responsabilização e monitoramento.

AÇÕES 2015

- Ações intersetoriais com participação no Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil, contribuindo, principalmente, para a articulação de ações que visam o combate ao trabalho infantil e a organização de um grupo de discussão intersetorial (secretarias de Saúde, Educação, Trabalho e da Justiça);
- Participação nas reuniões da Comissão Estadual do Trabalho Decente;
- Reuniões de orientações técnicas com gestores e técnicos dos municípios para discutir mudanças e aprimoramento do Programa;
- Audiências Públicas para estimular a articulação de políticas públicas e a mobilização social para a erradicação do trabalho infantil nos municípios;
- Videoconferências em parceria com a EDESP, e em conjunto com as equipes técnicas da PSB e PSE sobre estratégias de Busca Ativa e Trabalho em Rede visando a intensificação no combate ao trabalho infantil.



Foto: Divulgação/ SEDS



PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

No início de 2015, o número oficial do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) era de 1.008 unidades e, ao final de 2015, esse número passou para 1.061 unidades implantadas em 635 municípios (Fonte: PMAS 2014; 2015 e 2016).

Compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado 7.524 executoras, entre públicas e privadas, que desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo. São atendidos por esta rede socioassistencial quase 7 milhões de usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência.

O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no sistema Fundo a Fundo, do Fundo Estadual (FEAS) para os Fundos Municipais (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009.

AÇÕES 2015

· **Encontros temáticos**, visando ao alinhamento conceitual entre os técnicos das DRADS, equipes técnicas dos CRAS e órgãos gestores e conselheiros municipais, sobre a temática do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), abrangendo cerca de 1.500 técnicos.

· **Monitoramento dos Planos de Providência e Apoio**, objetivando apoiar, em parceria com as 26 DRADS, os municípios no cumprimento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS, conforme previsto nas Resoluções CIT 05 e 08 de 2010 (estrutura física, recursos humanos, atividades e horário de atendimento.)

· **Implantação de CRAS no Estado**, diante das dificuldades de 13 municípios ainda sem CRAS e tendo como meta avançar no aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão da assistência social no âmbito do Estado de São Paulo, a SEDS propôs novamente incentivo financeiro para implantação do equipamento. Foi proposto o repasse em parcela única no valor de R\$ 60 mil, conforme critérios estabelecidos na Resolução SEDS 03 de 19/03/2015.

A Coordenadoria de Ação Social tem interface permanente com o Programa SP Amigo do Idoso, alinhando as ações concernentes à SEDS às diretrizes da Política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social, por meio do acompanhamento da implantação de novos equipamentos, serviços e da supervisão da rede já existente.



Foto: Marcos Santos/USP Imagens



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Contribui para o atendimento especializado destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras. São situações que requerem acompanhamento individual especializado e maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção social especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público, Secretarias, ações do Executivo e outros órgãos. **A Proteção Social Especial** é desenvolvida nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que ofertam acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.

O atendimento é prestado no CREAS, ou pelo deslocamento de equipes em territórios e domicílios, e os serviços devem funcionar em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e por outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

AÇÕES 2015

· 256 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Objetivo: apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

Total de atendimentos: 235.203 usuários. Recursos investidos: R\$ 5.531.168,38.

· 238 serviços de MSE LA - Serviço de Proteção ao Adolescente em Conflito com a Lei.

Objetivo: acompanhamento técnico do adolescente e inserção em políticas públicas conforme Plano Individual de Atendimento. Total de atendimento: 17.695, Recursos investidos: R\$ 21.881.417,74.

· 176 Serviços de Abordagem Social.

Objetivo: atender a população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Total de atendimento de 82.255 usuários. Recursos investidos: R\$ 3.083.843,87.

· 49 unidades de Centro de Referência à População em Situação de Rua (Centro Pop).

Objetivo: assegurar o atendimento e a oferta de atividades socioeducativas para o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares. Total de pessoas 64.905 usuários. Recursos investidos: R\$ 208.325,87.

*Fonte: (PMAS/WEB)

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL/ ACOLHIMENTO EM REPÚBLICAS/ ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

· 1.315 serviços de Acolhimento em Abrigo Institucional
Total de pessoas: 57.941 usuários. Recursos investidos: R\$ 56.901.039,44.

· 141 serviços de Acolhimento em Casa-Lar. Total de pessoas: 4.009 usuários. Recursos investidos: R\$ 2.479.749,87/ano.

· 113 serviços de Acolhimento em Casa de Passagem.
Total de pessoas: 25.894 usuários. Recursos investidos: R\$ 3.173.065,67.

· 49 serviços de Acolhimento em Residência Inclusiva.
Total de Pessoas: 924 usuários. Recursos investidos: R\$ 4.049.464,26.

· 42 serviços de Acolhimento em República. Total de Pessoas: 8092 usuários. Recursos investidos: R\$ 490.916,49.

PUBLICAÇÕES 2015

- 1) Cartaz de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; (Ver página 73)
- 2) Campanha de Combate à Violência Sexual na Festa do Peão em Barretos; (Ver página 73)
- 3) Cartilha sobre a Política de Apoio à Gestante (parceria com Poder Judiciário).



REFUGIADOS/ MIGRANTES

O mundo passa pela maior crise humanitária desde a II Guerra Mundial, o que intensifica o movimento migratório forçado ao redor do mundo. Segundo dados do **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)**, mais de 59,5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar de seu lar por perseguição ou pela prevalência de conflitos armados. Mais da metade desse número são mulheres e crianças.

Apesar de abrigar um número pequeno em relação ao enorme fluxo global das migrações forçadas, o Brasil tem recebido um número cada vez maior de estrangeiros em busca de refúgio. De acordo com os dados do Conare, o país abriga cerca de 8.400 refugiados, sendo que o Estado de São Paulo recebe, aproximadamente, 41% das solicitações no País. O Governo do Estado de São Paulo deu passos importantes em 2014, inaugurando o Centro de Integração à Cidadania do Imigrante - CIC do Imigrante e a Casa de Passagem "Terra Nova".

A “Terra Nova” - Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias/Migrantes, com 50 vagas, foi o primeiro equipamento criado no País sob a responsabilidade direta do poder público estadual, voltado ao acolhimento social de solicitantes de refúgio e vítimas de tráfico de pessoas, preferencialmente famílias.

O serviço é executado por convênio direto com o Estado, em parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a organização Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana (CROPH). A Casa de Passagem “Terra Nova” tem como objetivo proporcionar aos usuários atendidos acolhimento seguro e digno durante o processo de desenvolvimento de novos vínculos sóciocomunitários e construção de condições de autonomia.

Os desafios postos ao serviço são inúmeros: além das situações de vulnerabilidade social próprias do público-alvo dos serviços socioassistenciais, esta população precisa ser protegida das diversas formas de exploração e preconceito, como o aliciamento para trabalho precário e a xenofobia.

Simultaneamente ao acolhimento institucional, a equipe multiprofissional da “Terra Nova” garante atendimento psicológico, pedagógico, jurídico e socioassistencial. Realiza e acompanha os encaminhamentos para toda rede de políticas públicas necessárias ao empoderamento e fortalecimento dos usuários e a garantia de seus direitos. Neste ano de trabalho, tivemos conquistas que vão desde o acesso a direitos básicos de saúde e documentação até o conhecimento da língua portuguesa e a inserção ao mercado formal de trabalho. O grande desafio é disseminar esta metodologia e garantir o atendimento desta população em toda a rede socioassistencial do Estado.

AÇÕES 2015

- Foram atendidas 112 pessoas (54 mulheres, 20 homens e 38 crianças);
- Em junho de 2015, a SEDS participou do encontro promovido pelo ACNUR: **“Diálogo sobre a Solidariedade, Coexistência e Integração de Refugiados na Cidade de São Paulo”**. O evento possibilitou o diálogo e a troca de boas práticas sobre o refúgio e migração no contexto dos centros urbanos e culminou em uma publicação (Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos - Mesa Redonda do Brasil com Claudia Cruz Leo, MaryBeth Morand, PDES e Vinicius Feitosa, UNHCR Brasil) feita em parceria com a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP).





Segundo levantamento realizado em 2015 pela Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados, no Estado de São Paulo, a população idosa representa 13,19% da população total (cerca de 5,6 milhões de pessoas). Levando em conta esta realidade, o Governo do Estado de São Paulo possui 1.836 serviços socioassistenciais direcionados ao atendimento da população idosa. Esses serviços são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Convivência do Idoso (CCI), Centros Dia do Idoso (CDI), Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e entidades sociais.

Com o objetivo de expandir a rede de proteção social à pessoa idosa e envolver toda população, unindo iniciativas de entidades e órgãos públicos e privados, o Governo do Estado de São Paulo criou, em 2012, o **Programa SP Amigo do Idoso**, iniciativa pioneira no País. O programa reúne ações de inclusão social, desenvolvimento, atenção à saúde, educação e lazer. São 11 Secretarias de Estado envolvidas e o Fundo Social de Solidariedade (FUSSESP), sob a coordenação da SEDS. Conta com a adesão de 637 municípios, que se comprometeram a realizar as ações previstas. A SEDS atua em quatro frentes: Fundo Estadual do Idoso, Implantação de Centros Dia e Centros de Convivência, Cartão Amigo do Idoso e Selo Amigo do Idoso (municípios).

CENTRO DIA DO IDOSO (CDI)

Um espaço de acolhimento para idosos semi- dependentes, com idade igual ou superior a 60 anos. A prioridade de atendimento é para aqueles cuja família não tem condições de dar atenção e cuidado durante o dia. No fim do dia, o idoso retorna a sua casa. No centro, há alimentação, atividades de lazer, cultura, sala de convivência com TV e DVD, enfermaria e sala de informática. O local tem capacidade para 50 idosos. Atualmente, há 65 convênios em andamento para implantação de novos CDI, totalizando 108 unidades com aquelas já em funcionamento.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)

É um espaço de convivência, socialização, lazer e atividades, que os idosos com mais de 60 anos podem frequentar. Trata-se de um equipamento de proteção básica de caráter preventivo, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo.

VILA DIGNIDADE

O Programa Vila Dignidade, instituído pelo Decreto nº 54.285, de 29 de abril de 2009, com nova redação dada pelo Decreto Estadual nº. 56.448/2010, é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social. É um equipamento público constituído de moradias assistidas em pequenas vilas, com áreas de convivência social, garantindo acompanhamento social permanente ao público beneficiado, integrado à rede de serviços do município. É uma parceria entre a SEDS, a Secretaria da Habitação, a CDHU e as prefeituras dos municípios paulistas.

SELO AMIGO DO IDOSO

O Selo Amigo do Idoso foi criado com o objetivo de estimular os municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. Para o município conquistar o Selo Inicial, Intermediário e Pleno, é necessário cumprir metas (ações obrigatórias), tais como: implantar Conselho Municipal do Idoso, atualizar o cadastro de idosos no CadÚnico, realizar diagnósticos, etc. Tem a adesão de 637 municípios. O Selo Município Amigo do Idoso dispõe de sistema informatizado de monitoramento on-line para receber informações sobre o andamento das ações nos Municípios.

CARTÃO AMIGO DO IDOSO

O Cartão Amigo do Idoso foi lançado em março de 2013. O benefício oferece uma bolsa mensal de R\$100,00 e é direcionado a idosos com idade superior a 80 anos, com renda mensal de até meio salário mínimo. Atualmente, 390 municípios atendem idosos no Programa.

AÇÕES 2015

- No ano de 2015, foram inauguradas 5 Vilas Dignidade: Tupã, Botucatu, Araraquara, Mogi das Cruzes, São José do Rio Preto Atualmente existem 17 unidades em funcionamento, inauguradas desde 2010;
- 364 municípios estão no Sistema de Monitoramento do Selo Amigo do Idoso. Muitos deles já tiveram suas ações aprovadas pela Comissão Intersecretarial do SP Amigo do Idoso;
- Palestras em 19 DRADS. Parceria do Programa São Paulo Amigo do Idoso/ Detran/ Mapfre. Tema: Reflexão sobre medidas seguras no trânsito para a redução do número de acidentes e atropelamento de idosos;
- Abertura de 12 Centros de Convivência do Idoso; (Em andamento 191 novas unidades).
- Estimativa de atendidos pela rede: 559.627 idosos.



PROGRAMA SÃO PAULO SOLIDÁRIO

Com o objetivo de superar a extrema pobreza vista como um fenômeno multidimensional, e para promover a mobilidade social das famílias paulistas, o Governo do Estado de São Paulo por meio da SEDS, desenvolveu o **Programa São Paulo Solidário**.

Entende-se por pobreza multidimensional as privações graves nas áreas de Educação, Saúde e Padrão de Vida, de acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) da ONU. Dados do Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 revelaram que 16,27 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza extrema (R\$ 70,00 per capita), dos quais 1.084.428 (aproximadamente 300 mil famílias) encontram-se no Estado de São Paulo.

As ações desenvolvidas no Estado para a superação da extrema pobreza reúnem diversas secretarias (Educação, Saúde, Emprego e Relações do Trabalho, Habitação, Gestão Pública, Saneamento e Recursos Hídricos, e Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação) e são focalizadas em três etapas: Busca Ativa, Retrato Social e Agenda da Família Paulista.

No ano de 2011, o São Paulo Solidário deu o primeiro passo ao firmar parceria com 97 municípios das regiões do Estado com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir desta parceria, todas as ações do São Paulo Solidário foram produzidas em conjunto com estes municípios.

Durante a primeira fase, foi realizada a Busca Ativa em mais de 200 mil domicílios. Destes, 58 mil apresentaram algum nível de privação segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Em mais de 5 mil domicílios, as famílias foram classificadas como Multidimensionalmente Pobres. Feito este diagnóstico, os municípios partiram para a construção da Agenda da Família, com base na identificação de domicílios realizada durante a Busca Ativa.

- Superação da extrema pobreza (pobreza multidimensional – privações nas áreas da saúde, educação e padrão de vida);
- Visa promover a mobilidade social;
- Eixos: Busca Ativa, Retrato Social e Agenda da Família + Compromisso Paulista/ Além da Renda;
- 1ª fase: 97 municípios com menor IDH (200 mil domicílios visitados);
- R\$ 25 milhões repassados Fundo a Fundo de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelos Conselhos Municipais;
- 2ª fase: 441 municípios (800 mil domicílios visitados).

Os dados da Agenda da Família acrescentaram novos elementos no que se refere a privações vivenciadas pelos Multidimensionalmente Pobres. Dentre elas, destacamos qualificação profissional, melhorias na habitação e acesso a oportunidades de trabalho e geração de renda, elementos que devem ser prioridade na definição de estratégias de superação da pobreza. A segunda fase abrangeu 441 municípios. Foi realizada a Busca Ativa e, com os dados consolidados, foi elaborado o Retrato Social.

AÇÕES 2015

No ano de 2015, o Programa São Paulo Solidário concluiu suas metas em 47 municípios e reprogramou recursos de outros 50 municípios, que concluirão suas ações em junho/2016. Em dezembro foi lançado o **Programa Família Paulista**, como uma nova estratégia de enfrentamento da extrema pobreza no Estado de São Paulo.



Foto: Acervo Programa Recomeço/ COED

Marcelo Camargo/ Agência Brasil

PROGRAMA RECOMEÇO

Criada na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a **Coordenação de Política sobre Drogas (COED)** foi transferida, no início de 2015, para a Secretaria de Desenvolvimento Social. A COED é responsável por organizar as ações estratégicas da política sobre drogas no Estado de São Paulo e tem como sua principal ação a coordenação executiva do **Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas**, o Programa compreende a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende de uma rede de proteção social extensa e preparada. O Recomeço é uma iniciativa que promove a prevenção do uso indevido de drogas, o controle e a requalificação das cenas de uso, o acesso à justiça e à cidadania, tratamento médico e apoio socioassistencial aos dependentes, suas famílias e comunidade.

O Recomeço atua por meio de ações integradas das diferentes Secretarias, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos municípios, bem como organizações privadas. No eixo do Tratamento do Programa Recomeço, são executadas ações em diferentes frentes, destacando-se o CRATOD, que oferece o Pronto-atendimento 24h Urgência Recomeço com serviços de desintoxicação, avaliação médica e encaminhamentos a demais serviços. Além de orientação aos usuários e suas famílias, visa à busca ativa de pacientes e tratamento ambulatorial intensivo, semi-intensivo e não-intensivo para dependentes químicos. Funciona como a principal porta de entrada ao Recomeço.

Em 2015, o **Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)** atendeu 15.297 pessoas, com os seguintes atendimentos:

Serviços Odontológicos Leitos de Obs./ Repouso (Internações) Pacientes CAPS Grupos Terapêuticos Plantão Jurídico	2.967 procedimentos para 1.311 pacientes 2.202 voluntárias/ 592 involuntárias/ 5 compulsórias 3.107 pacientes em tratamento 1.736 grupos com a participação de 12.964 pacientes 14.161 atendimentos em várias modalidades
---	--

A SEDS possui convênio para gestão e supervisão das comunidades terapêuticas com a **Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT)**, que realiza o acompanhamento sistemático da qualidade do atendimento oferecido. Foram atendidas 3.003 pessoas em 41 comunidades terapêuticas. No eixo da Reinserção Social, estão os Serviços de Acolhimento - Casa de Passagem, Moradia Assistida e República, que oferecem espaço de moradia e suporte ao atendido ao longo de sua trajetória de recuperação. A **Casa de Passagem** é um serviço de acolhimento emergencial e transitório para adultos. O local é preparado para receber os acolhidos em qualquer horário do dia ou da noite. A Moradia Assistida é um espaço com características residenciais, instalado em espaço urbano, que oferece acolhimento provisório por até 1 ano. A República é um ambiente residencial em espaço urbano, próximo à rede de serviços, gerenciado em sistema de cogestão e autogestão possibilitando a autonomia e independência de seus moradores. Atende pequenos grupos de até 10 pessoas por até 1 ano.

Rede de acolhimento em implantação para 2016

Em 2015, foram ofertadas 20 vagas em Casa de Passagem na cidade de São Paulo, que realizou atendimento de 390 pessoas.

Casa de Passagem República Moradia Assistida Com. Terapêutica (SEDS) Com. Terapêutica (SES)	24 vagas 90 vagas 20 vagas 1.225 vagas 700 vagas
--	---

Dentre outras ações realizadas pela COED, destaca-se a **Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas (COMBAT)**, que faz a gestão do convênio firmado com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça. Os bens apreendidos em decorrência do crime de tráfico de drogas, e declarados perdidos em favor da União, são leiloados e os recursos obtidos financiam projetos relacionados com as áreas de repressão ao tráfico de drogas, de prevenção, tratamento e reinserção social desenvolvidos no Estado. Reúne representantes das secretarias da Justiça, da Defesa da Cidadania, da Segurança Pública, de Gestão Pública / DETRAN, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED), do Ministério Público e do Tribunal de Justiça. No ano de 2015, a arrecadação foi de R\$ 883.010,00 no leilão realizado.

AÇÕES 2015

- Atendimento a 5.734 pessoas em atividades de rua, realizadas na Tenda (espaço de atenção psicossocial);
- Realização de 8.165 abordagens que resultaram em 727 encaminhamentos para avaliação no CRATOD;
- Foram capacitadas 51 pessoas de 11 municípios, entre eles: São Paulo, Cotia, Batatais, São Bernardo do Campo, Taubaté, Peruíbe, Guarujá, Santos, São Vicente, Americana e Cosmópolis.



Foto: Acervo particular



primeiríssima infância

O governador Geraldo Alckmin lançou, em 2013, o **Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância (SPPI)**, uma parceria entre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo. O Programa acontece em parceria com municípios paulistas. Iniciou suas ações com um piloto em oito cidades e, em virtude dos bons resultados atingidos, foi ampliado para mais 33, sendo que hoje já abrange 101 cidades.

O SPPI visa qualificar o atendimento às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos, assim como às suas famílias, para o desenvolvimento infantil pleno, por meio de quatro eixos: I) apoio à governança, com implantação de ações em rede e intersetorial; II) desenvolvimento de capacidades, com a formação de profissionais das áreas envolvidas; III) mobilização comunitária via sensibilização da sociedade em geral sobre a importância da Primeira Infância para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico local; e IV) monitoramento e avaliação como instrumento fundamental para aprimoramento da Política.

Atualmente, o Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, na perspectiva de aprimorar seu modelo de governança, integrou em sua gestão a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo rumo à consolidação de uma política estadual intersetorial.

A Política Nacional de Assistência Social atua em três dimensões protetivas: Básica, Especial de Média e Alta Complexidade. Na Proteção Básica - em sua perspectiva preventiva - é oferecido o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos sociofamiliares, que dispõe de ações específicas para crianças até 6 anos e suas famílias. Mediante a elaboração de um Plano Municipal de Assistência Social, o Estado cofinancia as ações das cidades que desenvolvem esse serviço. Hoje, o Estado tem 222 municípios que recebem esse cofinanciamento e são atendidas 24.989 crianças.

O Comitê Intersetorial no Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, por meio de suas ações de articulação, contribuirá para que esse serviço seja ampliado de 34% para 100% dos municípios paulistas.

AÇÕES 2015

· Em 2015, a SEDS integrou as ações de formação do SPPI e o Comitê Estadual Intersetorial previsto no Programa com a participação das Diretorias Regionais: Araraquara, Fernandópolis, Itapeva e Campinas.

· **AÇÕES EM ANDAMENTO E PREVISTAS PARA 2016**

Atualmente, as pastas da Saúde e do Desenvolvimento Social estão elaborando conjuntamente um decreto que visa criar a Política Estadual de Atendimento à Primeira Infância, para que tanto as parcerias com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal sejam realizadas via convênio.

Os Secretários da David Uip (Saúde) e Floriano Pesaro (Desenvolvimento Social) entendem que os bons resultados apresentados pelo SPPI indicam a necessidade de criação de uma política pública formalizada e com maior visibilidade a fim de ganhar escala para todo o Estado. Desse modo, as articulações com Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Educação podem se tornar mais efetivos quanto ao cofinanciamento e aumento da abrangência.

Além disso, o planejamento e cronograma das ações de formação do SPPI previstas para 2016 serão elaborados conjuntamente. Participarão em 2016 as DRADS: Avaré, Campinas, Registro, Itapeva, Araraquara, Fernandópolis, Araçatuba e Vale do Paraíba.

“As crianças que sabem ensinam as crianças que não sabem. Isso não é exceção. É a rotina do dia a dia. A aprendizagem e o ensino são um empreendimento comunitário, uma expressão de solidariedade. Mais que aprender saberes, as crianças estão a aprender valores. A ética perpassa silenciosamente, sem explicações, as relações naquela sala imensa”. **Rubem Alves**



EDESP

Quando fui chamada pelo Secretário Floriano Pesaro para assumir o desafio de dirigir a Edesp, me lembrei da primeira experiência que tive na área da Educação, e de que o nosso papel, como educadores, é o de mediar o processo de aprendizagem, promover momentos de reflexão e fazer com que essas experiências sejam significativas para cada um (alunos e professores!).

A Educação Permanente no âmbito do SUAS não é diferente! Trata-se de um trabalho que envolve as relações intersubjetivas entre as equipes de profissionais do SUAS e os indivíduos e famílias, usuários desse sistema, que apresentam suas realidades e necessidades (muitas vezes urgentes), no dia-a-dia do trabalho dos equipamentos sociais como os CRAS e os CREAS, entre outros. São esses profissionais que concretizarão os serviços e benefícios socioassistenciais, daí a necessidade de um aprimoramento constante para que o atendimento seja sempre de qualidade! A Edesp surge com esse desafio de convidar o profissional do SUAS a repensar sua prática, aprimorar seu conhecimento, suas competências e habilidades e interiorizar esses novos saberes para transformar o ambiente de trabalho e promover direitos sociais para aqueles que mais precisam. Convido a todos que conheçam, nas próximas linhas, um pouco dos resultados desse desafio.

Maria Isabel Cunha Soares (Bezinha)

Diretora Executiva da Edesp

Criada pelo decreto 57.819, de fevereiro de 2012, a **Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo** segue o princípio constitucional das políticas sociais: direito do cidadão, dever do Estado. O Estado de São Paulo tem 645 municípios e cerca de 40 milhões de habitantes. Os cidadãos pobres ou com ausência de renda recebem assistência em mais de 1.200 equipamentos públicos de atendimento social distribuídos em todo Estado. A Edesp tem papel fundamental na Educação Permanente do quadro de trabalhadores espalhados por todo território paulista.

AÇÕES 2015

- Capacitações dirigidas a gestores e técnicos estaduais e municipais e a atores sociais de instituições públicas ou privadas atuantes no campo da assistência social;
- Realização de 35 ações formativas que atingiram cerca de 24 mil atendimentos;
- Portal da Edesp, com seu ambiente Virtual, contabilizou mais de 2 milhões de acessos;
- Elaboração, com o apoio de Especialistas em Políticas Públicas e da Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG), do Planejamento Estratégico 2016-2019 e revisão de todos os instrumentais de gestão, com as seguintes metas: tornar-se mais eficiente no atendimento às demandas de formação e capacitação dos atores sociais, sempre pautada na ética, interdisciplinaridade, transparência, inovação, criatividade, participação social, respeito à diversidade, valorização do trabalhador social e incentivo à reflexão. Ser um centro de referência em Educação Permanente na área de Assistência e Desenvolvimento Social.

PUBLICAÇÕES 2015

- Cadernos de Estudos Edesp: Assistência Social em Debate – Caderno 2;
- A Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social em Contextos Colaborativos de Aprendizagens Significativas;
- Programa Recomeço: Panorama das Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo.

	ANO	TOTAL
TOTAL de participantes:	2012	19.364
	2013	20.975
	2014	21.484
	2015	24.283
	TOTAL	86.106

MODALIDADES OFERTADAS:

- PRESENCIAL
- SEMIPRESENCIAL
- CURSO EAD/ ONLINE
- VIDEOCONFERÊNCIA
- PALESTRAS/ DEBATES

*Atenção para o fato de que em 2012 e 2013 as capacitações não eram só centralizadas na Edesp, portanto, temos os números de capacitações da SEDS/Fundap e os números da Edesp.

Em 2016, a Edesp completa 4 (quatro) anos de dedicação ao serviço público para a formação permanente e continuada de gestores, técnicos, trabalhadores e conselheiros que atuam no campo da Assistência Social. O trabalho, pautado pela competência e seriedade, tem um grande objetivo: melhorar o atendimento ao cidadão paulista em situação de vulnerabilidade social.

SAIU NA

IMPRENSA



A comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS) tem como meta divulgar e ampliar o conhecimento da população em geral sobre o SUAS, bem como sobre os programas, serviços e ações executados diretamente pela Pasta.

No ano de 2015, focamos nossos esforços no fomento de canais de diálogo com os diversos atores envolvidos na Política de Assistência e Desenvolvimento Social, internos e externos. Trabalhamos para, juntos, com servidores da pasta, trabalhadores do SUAS e usuários dos equipamentos socioassistenciais, identificarmos matérias ricas, especiais que, de fato, fossem janelas para a percepção, seja técnica ou pessoal, da experiência de cada um.

Como resultado, produzimos artigos, boletins, entrevistas, notas, folders e cartazes, tudo com o intuito de divulgar e afirmar os direitos socioassistenciais em todo o território paulista, sempre com linguagem acessível aos diferentes públicos. Fechamos 2015 organizando e participando de 215 eventos, produzimos 17 artigos e divulgamos 326 textos, sendo veiculadas 1.822 matérias sobre a SEDS. Também investimos no gerenciamento das mídias digitais (Site, Facebook, Twitter e Instagram).

Informar é estimular a participação social, a democracia e assegurar o direito e acesso aos programas e serviços. Informação transformada em conhecimento é, portanto, a chave para o exercício da cidadania.

Keila Silva

Coordenadora de Comunicação

Comunicação e Imprensa

Com o intuito de atender às metas estabelecidas para a comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), em 2015, foi desenvolvida uma proposta de comunicação dinâmica e integrada, apresentando como marco estratégico a sustentabilidade da comunicação institucional da Pasta.

A equipe de comunicação (Jornalismo, Fotografia, Marketing, Cerimonial e Mídias Digitais) teve como objetivo a consolidação das ações alcançadas e o mapeamento de novas pautas e estratégias para maior visibilidade das ações da pasta, tais como:

A Assessoria de Imprensa realizou o acompanhamento da agenda do secretário para assistência e organização das entrevistas. Foram planejadas estratégias junto aos envolvidos da SEDS com seus públicos (interno, externo, parceiros e imprensa), visando estreitar relacionamento de forma integrada para minimizar ruídos de informação.



FIQUE SABENDO

Em 2015, a Assessoria de Comunicação produziu textos específicos para publicação, que geraram **1.448 matérias** sobre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e seus Programas (impresso, site, TV, rádio e blogs). Todas com aceitabilidade em todo o Estado de São Paulo, outros Estados e países.

Entre as ações do departamento, destacam-se:

- Produção e prospecção de pautas, visando a aproximação dos Programas da Secretaria com seu público-alvo;
- Produção e edição de boletins (News, informativos e comunicados com os principais assuntos da pasta);
- Colaboração na publicação das ações sociais propostas pelo Governo de São Paulo e parceiros;
- Briefing com os coordenadores para a gravação de entrevistas;
- Participação em reuniões técnicas; assessoria na organização e participação dos 255 eventos realizados no decorrer de 2015.
- Intermediação com a imprensa;
- Gerenciamento das mídias digitais (Site, Facebook, Twitter, LinkedIn, Google+, Picassa);
- Atualização de mailing;
- Envio de informativos e convites ao mailing direto e indireto da SEDS;

Desenvolvimento Social em conexão com as rádios de todo Estado de São Paulo

Em 2015, o secretário Floriano Pesaro concedeu um total de 271 entrevistas nas diferentes emissoras de rádio do Estado de São Paulo. Foram 139 entrevistas agendadas e intermediadas de maneira direta pela Assessoria de Imprensa da Secretaria. Para a rádio do Palácio dos Bandeirantes (Rádio 2), destinada aos secretários de Estado, foram concedidas 31 entrevistas no primeiro semestre. No 2º semestre, o número alcançou 101 entrevistas, permanecendo em primeiro lugar no ranking de entrevistas concedidas pelos secretários de Estado.

O trabalho de divulgação na rádio é importante para apresentar os avanços na área social em cada um dos 645 municípios de São Paulo, bem como aproximar os cidadãos das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria, ampliando a possibilidade de acesso da população a direitos e serviços.



Redes Sociais

As mídias sociais munidas pela Comunicação da SEDS são: Facebook, Twitter, Instagram e YouTube. O número de likes, visualizações, compartilhamentos e comentários são monitorados diariamente.

Os seguidores são contabilizados mês a mês. No ano de 2015, o crescimento parcial do número de seguidores da Fanpage da SEDS no Facebook subiu 26,36%. Somando quase 2.000 novos seguidores na página.

FACEBOOK
/desenvolvimentosocialsp

TWITTER
@Social_SP

INSTAGRAM
@desenvolvimentosocialsp

YOUTUBE
/socialsaopaulo

SITE
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/>



#spparatodos

#desenvolvimentosocialsp

Central de Atendimento

A Central de Atendimento agrega informações e orientações sobre os programas, projetos e ações da Secretaria. Seu objetivo principal é propiciar atendimento eficaz, satisfatório e com qualidade aos cidadãos, prefeituras, órgãos públicos, entidades sociais, organizações etc. Os atendimentos são realizados por telefone, e-mail, fax e de maneira presencial.

O atendimento à população, às entidades sociais e aos beneficiários ocorre com a colaboração da equipe do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual, por meio do Núcleo Atendimento ao Cidadão do Governo do Estado de São Paulo (NAC), de onde são encaminhadas as demandas às secretarias estaduais, de acordo com as suas competências para que as solicitações sejam analisadas e respondidas.

São também passadas orientações quanto aos sistemas e programas: Ação Jovem, Renda Cidadã, São Paulo Amigo do Idoso, Bom Prato, Vivaleite, Família Paulista e Recomeço.

Os cidadãos buscam informações e orientações referentes à inserção nos Programas de Transferências de Renda, mais especificamente os programas Ação Jovem e Renda Cidadã. Os beneficiários buscam, no atendimento telefônico e eletrônico, orientações referentes a problemas ocorridos com cadastros, inclusões, pagamentos, exclusões, perda ou roubo do cartão.



FIQUE SABENDO

A **Central de Atendimento** funciona através do Telefone: (11) 2763-8040.

Email: faleconosco@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

Horário: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h.

Outro canal aberto para receber críticas, sugestões e elogios sobre a prestação dos serviços públicos é a **Ouvidoria** da SEDS que funciona através do telefone/ fax: (11) 2763-8103. Horário: das 9h às 17h. Ou pelo email:

ouvidoria@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

Técnicos e gestores municipais também utilizam o serviço, visando esclarecer dúvidas relacionadas aos programas, mais especificamente ao acompanhamento das condicionalidades, problemas de senha, informações sobre legislação, entre outras.

Entidades sociais são atendidas e orientadas sobre a inscrição para a inserção no Programa Nota Fiscal Paulista. Há solicitações de informações relacionadas aos programas Federais ou Municipais sendo: BPC Idoso, Deficiente e na Escola, PRÓ-Jovem, Bolsa-Família e Renda Mínima. Dependendo da demanda e das providências a serem adotadas, a Central desenvolve ações de atendimento em parceria com as Coordenadorias e Ouvidoria da Pasta.

Posto Poupatempo Itaquera

A SEDS mantém um posto de atendimento no Poupatempo Itaquera desde setembro de 2005, que funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e, aos sábados, das 7h às 13h. O objetivo é prestar informações à população sobre os programas sociais das esferas municipal, estadual e federal tais como: Renda Cidadã, Ação Jovem, Vivaleite, Bom Prato, Família Paulista, Bolsa Família, Renda Mínima.

Também são preenchidas fichas de informação com encaminhamento para os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social mais próximo da sua residência.

Nos casos de cidadãos em situação de rua, são realizados encaminhamentos para os CREAS. No município de São Paulo, o contato é feito com o Centro de Atendimento Permanente e Emergencial (CAPE). Os cidadãos podem ter acesso às declarações de união estável, pobreza, residência, procuração, autorização de viagens.

Para a Defensoria Pública do Estado, são encaminhados os casos relacionados às solicitações de guarda de crianças e adolescentes, separação, divórcio, reconhecimento de paternidade, bem como a orientação de como o cidadão deve proceder para agendar o serviço. São atendidas demandas referentes às solicitações de bilhetes de transporte especial (pessoas com deficiência) para idosos e desempregados.

No Posto, podem ser solicitadas segundas vias de certidões de nascimento, casamento, averbações, óbitos (solicitações de documentos de outros Estados). Outro serviço disponível é a oferta de formulários de autorizações de viagem nacional ou internacional para crianças e adolescentes acompanhados ou desacompanhados.

O Posto entrega os formulários, realiza as orientações de preenchimento/ reconhecimento de firma e, dependendo do caso, realiza o encaminhamento para a Vara da Infância e Juventude. São ofertadas orientações relacionadas a passaporte, principalmente nos casos de emissão, validação para estrangeiros e endereços da Polícia Federal.

Nos casos de solicitação de pensão alimentícia, os cidadãos são encaminhados ao Fórum - Vara da Família, e, nos casos de autorização para viagem de crianças desacompanhadas, são encaminhados para a Vara da Infância e Juventude. Encaminhamentos para Conselhos Tutelares são realizados nas situações em que os direitos de crianças/ adolescentes foram violados.

Campanhas e Publicações

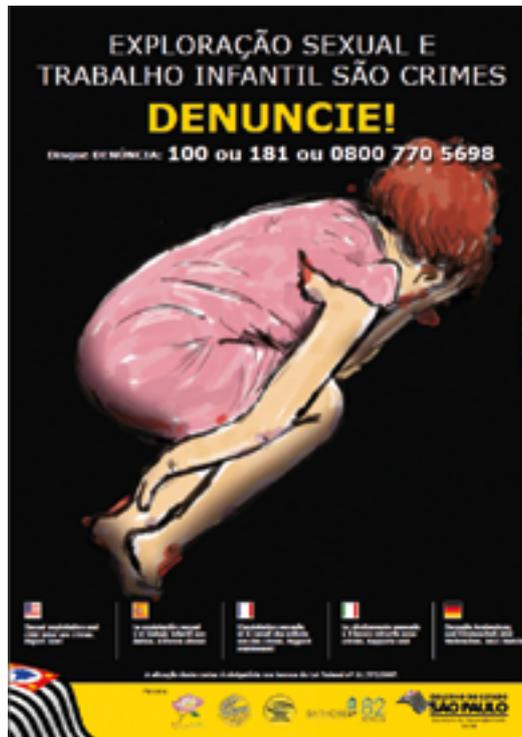


Cartaz informando sobre a necessidade de cadastramento no CadÚnico para os benefícios dos programas sociais do Governo do Estado de São Paulo e outros.



Banner para a rede social divulgando a Ação Social e Cidadania - Zona Leste.

Cartaz da campanha contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo e Região (SINTHORESP); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH).



Publicação institucional bimestral com as notícias da SEDS - Jornal SP para Todos em ação.



Cartaz da campanha contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, realizada em parceria com o Clube dos Independentes e Prefeitura de Barretos, para a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos.

Publicação São Paulo Contra a Fome - incluindo conteúdo sobre segurança alimentar e nutricional.



Matérias e Artigos

Assinatura Feas – Jornal O Dia de Marília – 28/03/2015

Investimento

Governo repassa recursos do Fundo de Assistência Social

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social renova o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) nas regiões de Bauru, Marília, Botucatu, Avaré e Itapeva. A cerimônia de assinatura dos termos de transferência será nesta quarta-feira, às 10h30, no Teatro Municipal “Camillo Fernandez Dinucci”, em Botucatu, com presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Social e deputado federal Floriano Pesaro.

Serão 137 municípios beneficiados na região, totalizando R\$ 21,9 milhões para atender cerca de 80 mil pessoas em 2015. O recurso garante o cofinanciamento dos serviços oferecidos pela rede socioassistencial dos municípios, sendo os principais de Proteção Social Básica, Proteção Especial e Liberdade Assistida (medida socioeducativa).

No Estado, o recurso total será de R\$ 216,3 milhões para atender cerca de 760 mil pessoas. A distribuição do recurso às entidades credenciadas é de responsabilidade das prefeituras, que aplicam o dinheiro conforme seus Planos Municipais de Assistência Social (PMAS), monitorados pelo Estado e aprovados pelos Conselhos Municipais.

FEAS/ A Secretaria de Desenvolvimento Social repassa, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), aos Fundos Municipais, recurso destinado a serviços, ações e projetos socioassistenciais diversos, segundo os Planos Municipais de Assistência Social (PMAS). Em 2015, o total é de R\$ 216.312.564,69.



Secretário **Floriano Pesaro**, da Assistência e Desenvolvimento Social

Lançamento Condeca – Jornal O Dia/São Paulo - 22/06/2015

Inscrições para novos
projetos sociais
infantojuvenis vão
até 14 de julho

Programas ligados à assistência social, saúde, educação, esporte, cultura e lazer, capazes de promover e defender os direitos do público infantojuvenil, podem participar da seleção do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Condeca - responsável pelo gerenciamento dos recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Serão R\$ 30 milhões e as inscrições vão até dia 14 de julho.

Cada entidade de natureza privada e sem fins lucrativos pode cadastrar até três projetos, desde que estejam de acordo com as diretrizes do Edital. "O Fundo Estadual conta hoje com R\$ 30 milhões para investir em parcerias com organizações sérias que lutam pela causa de crianças e adolescentes", afirma o secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro. "O brincar, a liberdade de expressão e a educação, por exemplo, fazem parte da formação cognitiva e lúdica desse público, fundamentais para seu desenvolvimento pleno".

"Não dê esmola, dê futuro".

Seguindo a premissa de promover ações para inclusão infanto-juvenil, o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente criou a campanha estadual "Não dê esmola, dê futuro". A meta é incentivar os cidadãos a doarem ao Fundo, garantindo melhores resultados e um maior alcance de beneficiados. "Precisamos usar de forma mais orgânica e inteligente a doação fruto da solidariedade, com foco em resultados. Queremos conveniar entidades que já atuam com o Governo estadual e ampliar o trabalho com crianças e adolescentes, dirigindo melhor o dinheiro doado para um trabalho efetivo realizado pelas entidades", completou Pesaro.

Para o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vitor Benez Pegler, todas as ações serão direcionadas para oferecer oportunidades a crianças e adolescentes em diferentes frentes: socioeducativo do adolescente em conflito com a lei, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direito.

Lançamento Família Paulista – Diário de S. Paulo – 03/12/2015

Alckmin anuncia verba para exterminar pobreza

Programa vai atender mais de 1 milhão de pessoas que vivem com renda familiar inferior a R\$ 77

O governo estadual vai distribuir R\$ 77,5 milhões entre 27 municípios da região metropolitana de São Paulo para combater a pobreza extrema, por meio do programa “Família Paulista”, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, lançado ontem, no Palácio dos Bandeirantes. Cerca de 200 mil famílias serão atendidas até 2019, ao custo total de R\$ 310 milhões.

Segundo o governador **Geraldo Alckmin** (PSDB), o estado possui 1,1 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza, o que equivale a 2,63% da população sobrevivendo com renda familiar inferior a R\$ 77.

As mais beneficiadas

Cidade	Famílias	Verba
Mogi das Cruzes	4.500	RS 6,9 mi
Osasco	4.455	RS 6,9 mi
Diadema	3.958	RS 6,1 mi
Itaquaquecetuba	3.171	RS 4,9 mi
Carapicuíba	3.041	RS 4,7 mi
Cajamar	3.023	RS 4,6 mi
Suzano	2.422	RS 3,7 mi
Taboão da Serra	2.256	RS 3,5 mi
Juquitiba	2.167	RS 3,4 mi
Itapevi	1.855	RS 2,9 mi

Fonte: Governo do estado

DSP

“Vamos trabalhar de forma conjunta a questão social. Haverá transferência de renda a cada município escolhido para que a família tenha acesso à melhoria de água e esgoto, o EJA (Educação de Jovens e Adultos e, qualificação profissional para obter renda e saúde. É uma visão mais completa da família para que ela possa sair dessa condição de extrema pobreza”, afirmou.

O critério para a escolha das cidades beneficiadas foi, segundo o governador, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e do Índice Paulista de Responsabilidade Social, da Fundação Seade. Essas famílias ainda serão rastreadas pelo CadÚnico (cadastro do governo federal para programas sociais).

A partir desse mapeamento, o programa vai focar os residentes nesses bolsões de pobreza, prioritariamente com renda de até R\$ 77. A ação vai durar dois anos, com foco inicial na Grande São Paulo, que concentra 57% da população paulista em extrema pobreza. Inicialmente, serão investidos R\$ 77,5 milhões para alcançar 50 mil famílias.

“Estamos convictos de que o fortalecimento dos municípios, das redes locais e o protagonismo das famílias são os pilares para a consumação de um estado mais justo. Nossa tarefa é unir esforços pela erradicação da pobreza”, disse o secretário de Estado de Desenvolvimento Social, **Florian Pesaro**.

Assinatura Vivaleite – Jornal O Imparcial/Presidente Prudente – 21/11/2015

CONVÊNIO

Vivaleite é renovado em 54 cidades regionais

O convênio do Projeto Vivaleite, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, foi renovado na tarde de ontem com 54 municípios das regiões de Presidente Prudente e Dracena. A cerimônia de assinatura dos contratos ocorreu no auditório da Toledo Prudente Centro Universitário e contou com representantes de diversos municípios, incluindo o titular da pasta estadual, Floriano Pesaro.

Com a assinatura dos convênios, a secretaria garante para 2016 mais de R\$ 7,4 milhões em investimentos para as duas regiões, que beneficia 20.835 crianças com o leite enriquecido com ferro e vitaminas A e D. Somente em Prudente, 2.487 crianças recebem o alimento. Em Dracena, são 806. Cada beneficiário recebe 15 litros por mês.

“Este projeto beneficia diversas famílias carentes que não têm condições de comprarem leite todos os dias para suas crianças. Além disso, o programa coopera com a produção e o fomento da produção de leite regional, pois o produto é consumido da própria”, comenta o secretário.

O contrato é renovado anualmente e é o maior programa estadual de distribuição gratuita de leite pasteurizado do Brasil. Ele foi criado em 1997.

De acordo com o prefeito de Prudente, Milton Carlos de Melo, Tupã (PTB), “o projeto é muito importante, e essa renovação do convênio sacramenta o trabalho que tem sido desenvolvido”, comenta. Sandra Aparecida de Sousa Kasai (PSDB), prefeita de Rosana, concorda com o colega. “Essa cerimônia reforça os laços e mantém o compromisso com as famílias atendidas. Muitas pessoas dependem deste projeto”, expõe.

Floriano Pesaro assina contratos do Viva Leite em Presidente Prudente

BAND CIDADE/TV BANDEIRANTES/PRESIDENTE PRUDENTE
VEICULADA EM 21/11/2015 19:00 , CADASTRADA EM 21/11/2015 19:32



Fundo de Combate à Pobreza – Diário de Franca – 30/10/2015

IMPOSTO SOCIAL

Governo de São Paulo modifica tributação e cria Fundo de Combate à Pobreza; projeto visa zerar impostos de alimentos básicos e acrescentar em cerveja e cigarro

Refeições mais baratas, happy hour mais caro. Foi essa a decisão que o governo do estado de São Paulo tomou para equilibrar as receitas arrecadadas com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) dentro do pacote de medidas anunciado na última quarta-feira e encaminhado à Assembleia Legislativa.

As mudanças nas alíquotas do imposto afetaram dois itens básicos da refeição brasileira, o arroz e o feijão, e também duas das drogas legalizadas no país, o cigarro e a cerveja. O governador Geraldo Alckmin decretou que o ICMS que acompanha os dois produtos alimentícios estão zerados, enquanto o fumo e a bebida passarão de 25% para 30% e de 18% para 23%, respectivamente, caso o projeto de lei seja aprovado pela Assembleia.

Com isso, o governo estadual poderá arrecadar R\$ 1,5 bilhão ao ano a partir de 2016. Outros produtos também tiveram suas alíquotas ajustadas: a carga tributária da areia foi reduzida de 12% para 8 – com o objetivo de incentivar a construção civil em todo o estado -, enquanto os medicamentos genéricos passaram de 18% para 12%.

Além disso, outro projeto encaminhado pretende permitir o parcelamento ou a isenção dos juros das pessoas que possuem dívidas com o Estado. O aumento da tributação acompanhou a instituição do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que receberá 2% da arrecadação extra a partir do aumento dos tributos da cerveja e do cigarro. A secretaria da Fazenda estima que R\$ 1 bilhão ao longo de um ano será arrecadado a partir destas mudanças.

A criação do novo braço do governo tem o intuito de financiar programas em prol da nutrição, habitação, educação e saúde. Segundo o texto publicado do Diário Oficial do estado, o objetivo do fundo é “promover, coordenar, acompanhar e integrar as ações governamentais destinadas a reduzir a pobreza e a desigualdade social e as suas causas e efeitos”. O financiamento poderá abranger projetos de todo o estado, inclusive Franca.

Em maio deste ano, a cidade recebeu um outro programa de assistência às pessoas carentes através do Bom Prato, restaurante que oferece refeições a R\$ 1. Instalado em parceria entre a Prefeitura e o governo do estado, o espaço tem capacidade para 116 pessoas e fornece 1,5 mil refeições entre cafés da manhã e almoço.

Como os decretos que zeram as alíquotas dos alimentos não precisam de aprovação legislativa, eles entrarão em vigor no início do ano que vem. Já os projetos de lei deverão ser votados até o final deste ano, para entrar em vigor já no ano fiscal de 2016, assim que sancionadas pelo Governador de São Paulo.



ICMS deixará de incidir sobre arroz e feijão, cerveja e cigarro, por outro lado, terão acréscimos no imposto

Crise econômica e responsabilidade Social – Folha de S. Paulo – 14/12/2015

O ano de 2015 será lembrado, por nós brasileiros, como um ano de profunda instabilidade política e desaceleração econômica.

Os sinais da crise são evidentes: decréscimo do PIB, aumento da inflação, redução de crédito, contração do consumo, queda na arrecadação de impostos e aumento da taxa de desemprego.

Em julho, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) lançou a 23ª Edição do Boletim de Políticas Sociais. Nele, evidenciou-se o aumento da extrema pobreza no país.

O mesmo documento correlacionou esse fato à crise econômica e ao desemprego. O Estado de São Paulo não passou ileso por esse processo de empobrecimento.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado registrou maior procura da população pelos serviços oferecidos pelos Cras (Centro de Referência de Assistência Social), que contam com 1.071 unidades presentes em 641 municípios do Estado. Além disso, também registrou aumento na ordem de 15% na busca por refeições nos 49 restaurantes populares Bom Prato em todo Estado.

De um lado, as demandas são sinais do recrudescimento da pobreza e aumento da exclusão social, com o crescente aumento da situação de vulnerabilidade; de outro, refletem a queda na receita das três esferas de governo.

Diante da situação atual, o governo do Estado de São Paulo tomou medidas arrojadas para reverter este quadro. O governador Geraldo Alckmin instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cujos recursos serão aplicados em programas de assistência social, nutrição, habitação, educação e saúde.

No conjunto das medidas, foi reduzido o ICMS dos medicamentos genéricos e zerado o imposto do arroz e do feijão. Além disso, houve diminuição da carga tributária da areia, produto essencial para a construção civil, a fim de manter o estímulo ao emprego.

Para abastecer o Fundo de Combate à Pobreza, as alíquotas de ICMS sobre cerveja e fumo serão elevadas de 18% para 20% e de 25% para 30%, respectivamente. O governo apenas equipara o ICMS da cerveja com outras regiões do país. Dois por cento deste ICMS abastecerá o fundo com R\$ 1 bilhão por ano.

tendências e debates



FLORIANO PESARO

Crise econômica e responsabilidade social

O governo pretende arrecadar R\$ 3 bilhões, sendo que destinará R\$ 1 bilhão para o fundo, R\$ 1,5 bilhão para manter serviços e investimentos e R\$ 500 milhões para municípios do Estado. O projeto que acaba de ser aprovado pela Assembleia Legislativa começa a valer a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Secretaria de Desenvolvimento Social possui um orçamento anual de quase R\$ 1 bilhão. O fundo aumentará consideravelmente os recursos disponíveis, quase duplicando o orçamento, para podermos responder às necessidades sociais do Estado neste momento de crise aguda.

Estamos no caminho certo! A aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em julho de 2005 foi uma grande vitória! Com ele superamos o assistencialismo e o individualismo.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza vem para fortalecer as políticas públicas, numa filosofia que visa a dignidade do atendido e a possibilidade de rompimento com a miséria, mantendo também nossa responsabilidade fiscal.

Refugiados no Estado de São Paulo – Tribuna de Santos – 12/08/2015

Tribuna Livre

FLORIANO PESARO. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Refugiados no Estado de S. Paulo

A migração é um fenômeno que acompanha a história da humanidade desde seu passado mais remoto. As disparidades do nível da renda, emprego e bem-estar de determinadas regiões do mundo estão entre os principais motivos do fato.

Aqui no Brasil, tivemos diversas ondas migratórias e um polo prioritário dessas ondas de transferência de população encontra-se aqui mesmo, em Santos, na Estação do Valongo.

Imponente, com alto valor arquitetônico e histórico, o Valongo recebeu, desde 1867, milhares de cidadãos em busca de um sonho em nova terra.

Desde então, os desafios da imigração mundial se multiplicaram e vários países se deparam com a equação de manterem uma política humanitária e lidar com o afluxo cada vez maior de população que quer se beneficiar das melhores condições de vida.

No cenário internacional, os conflitos armados no sul e sudoeste asiático e África, bem como as catástrofes ambientais e crises econômicas, são fatores catalizadores para o aumento do movimento migratório. Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, hoje, no mundo, temos quase 60 milhões de pessoas deslocadas forçadamente, com crescente número de mulheres, crianças e famílias inteiras.

No Brasil, polo de riqueza do continente americano, vemos uma onda migratória de cidadãos dos



outros países da América do Sul e, principalmente, do Haiti.

Agrava-se o fato de esta população se concentrar em centros urbanos. Diante desse cenário, deparamo-nos com grandes desafios: como combinar o crescimento sustentável dos nossos centros urbanos de forma que estes possam acolher e integrar a população migrante? Como desenvolver estratégias para inserir estas famílias na rede de atendimento, garantindo, assim, sua proteção integral?

O governo do Estado de São Paulo deu passos importantes em 2014, inaugurando o Centro de Integração à Cidadania do Imigrante - CIC do Imigrante e a Casa de Passagem Terra Nova.

Terra Nova foi o primeiro equipamento criado no País sob a respon-

sabilidade direta do poder público estadual, voltado ao acolhimento social de solicitantes de refúgio e vítimas de tráfico de pessoas, preferencialmente famílias. O serviço tem como objetivo proporcionar aos usuários atendidos acolhimento seguro e digno durante o processo de desenvolvimento de novos vínculos sócios comunitários e de construção de condições de autonomia.

Os desafios postos ao serviço são inúmeros: além das situações de vulnerabilidade social próprias do público-alvo dos serviços sócio-assistenciais, esta população precisa ainda ser protegida das diversas formas de exploração e preconceito, como o aliciamento para trabalho precário e a xenofobia.

Simultaneamente ao acolhimento institucional, a equipe multiprofissional da Casa de Passagem Terra Nova garante atendimento psicológico, pedagógico, jurídico e sócio-assistencial. Realiza e acompanha os encaminhamentos a toda rede de políticas públicas necessárias ao empoderamento e fortalecimento dos usuários e a garantia de seus direitos. Neste quase um ano de trabalho, temos conquistas que vão desde ao acesso a direitos básicos de saúde e documentação até o conhecimento da língua portuguesa e a inserção ao mercado formal. O grande desafio agora é disseminar esta metodologia e garantir o atendimento desta população em toda a rede sócio-assistencial do Estado.

Queda de idosos: um problema que pode ser resolvido -

Folha da Vila Prudente – 01/10/2015

Quedas de idosos: um problema que pode ser reduzido

Com o avançar da idade, algumas alterações ocorrem. A acuidade visual reduz-se, os reflexos ficam mais lentos e menos eficientes, e a força das pernas e o equilíbrio tendem a diminuir.

Além do envelhecimento, o equilíbrio do corpo é determinado pelo estilo de vida de cada pessoa. A falta de atividade física, o uso de medicamentos ou as doenças podem comprometê-lo.

No Brasil, 30% dos idosos caem ao menos uma vez ao ano; dos acidentes, 70% ocorrem dentro da sua própria casa, sendo que mais de dois terços dos idosos que sofrem uma queda caem novamente nos seis meses subsequentes.

A queda pode acontecer em qualquer idade, mas este acidente é muito prejudicial para as pessoas idosas, pois há grandes chances de ocorrerem lesões, torções e fraturas que podem levar o idoso à hospitalização.

As pessoas idosas, em geral, ao perceberem sua estabilidade física comprometida, reduzem suas atividades. Esta decisão, ao invés de protegê-las, resulta em fraqueza, desequilíbrio e diminuição do condicionamento físico, o



que aumenta ainda mais as chances de novas quedas.

É de suma importância, portanto, que o idoso seja orientado sobre os riscos de quedas.

Se a queda do idoso não pode ser evitada, ao menos pode ser reduzida. E esta tarefa é responsabilidade de todos.

Pensando nesta questão e em todas as outras que trazem qualidade de vida e propiciam o envelhecimento ativo da nossa sociedade, o Governo do Estado de São Paulo desenvolveu o maior programa de atenção ao idoso de sua história: o programa São Paulo Amigo do Idoso.

Para incentivar os municípios a se associarem ao Estado no trabalho de promoção da qualidade de vida do idoso, foi criado o Selo Município Amigo do Idoso. Dentre as dez ações obrigatórias previstas para esta certificação encontra-se a seguinte: "O município deverá implantar ações de promoção de saúde e prevenção de quedas".

Para facilitar a execução desta importante ação, a Secretaria de Desenvolvimento Social disponibilizou às cidades o "Manual de Prevenção de Quedas", elaborado pela equipe de Saúde do Idoso da Secretaria de Estado da Saúde-SP.

Vamos ao trabalho, e contem conosco para transformar São Paulo em um Estado cada vez mais Amigo do Idoso.

Floriano Pesaro
Secretário de Estado
de Desenvolvimento Social

Projeto anticrack utilizará experiência latino-americana

O Estado de S. Paulo - 11/12/2015

Programa Recomeço assinou convênio com federação Latino Americana de Comunidades Terapêuticas; taxa de reabilitação é de 55% no Brasil e de 80% nos países onde atua a organização.

A experiência de países latinoamericanos no tratamento de dependentes químicos será utilizada pelo governo paulista para aprimorar o Programa Recomeço o projeto estadual de combate à dependência em crack. A Secretaria de Desenvolvimento Social assinou nesta sexta-feira, 11, um convênio com a Federação Latino Americana de Comunidades Terapêuticas (Flact).

De acordo com o secretário Floriano Pesaro, a organização é líder internacional no tratamento e reabilitação de usuários de substâncias psicoativas, com atuação em países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Peru, Uruguai e Paraguai.

O objetivo do acordo, segundo Pesaro, é que a Flact transfira sua experiência para melhorar a gestão das comunidades terapêuticas que fazem parte do programa. A organização também enviará a São Paulo técnicos que irão passar seu conhecimento para os profissionais que atuam em parceria com o programa paulista. A organização também oferecerá cartilhas que serão traduzidas para o português.

"A Flact tem uma metodologia de monitoramento e avaliação dessas comunidades terapêuticas internacionalmente reconhecida e utiliza métodos de tratamento de ponta, reconhecidos pela OMS. Fomos buscar essa parceria internacional para nos ajudar a consolidar nossa rede de comunidades terapêuticas", disse Pesaro. Segundo ele, o programa Recomeço tem convênios com 41 comunidades terapêuticas, que oferecem 983 vagas de acolhimento social."

As Comunidades Terapêuticas são equipamentos diferenciados com características fundamentais e sensíveis para o acolhimento de usuários de substâncias psicoativas que precisam passar por um processo de recuperação em um espaço protetivo", afirmou o secretário.

Segundo ele, as comunidades terapêuticas no Brasil são tradicionalmente ligadas a entidades religiosas, com trabalho fundamentado no voluntariado. "As comunidades já existiam, mas não funcionavam em rede, nem tinham apoio do Estado.

Com o programa Recomeço, começamos a credenciar essas organizações e dar a elas parâmetros de trabalho. Agora estamos entrando em um segundo momento do programa. A intenção é sofisticar a atuação das comunidades terapêuticas", declarou.

A Flact, de acordo com Pesaro, orientará a capacitação de profissionais que atuam nas comunidades terapêuticas, incluindo os que trabalham na rua, com a abordagem de dependentes. "Eles incluirão também no programa novas técnicas terapêuticas que foram desenvolvidas por eles e que hoje não temos no Brasil. Essas metodologias ajudarão a otimizar o tempo de permanência dos dependentes, para que fiquem o menor tempo possível nas comunidades, mas que saiam delas com resultados", disse Pesaro.

De acordo com Pesaro, os padrões de atendimento e atenção oferecidos aos dependentes em vários países latinoamericanos são melhores que os do Brasil. "O Brasil hoje trabalha com 45% a 55% de sucesso na recuperação de dependentes. É um número muito baixo e o trabalho acaba sendo custoso, porque é preciso tratar a mesma pessoa várias vezes. Nos países onde atua a Flact, a taxa de sucesso é de 80%", explicou o secretário.

O número de comunidades terapêuticas deverá aumentar no Brasil, segundo Pesaro. "A demanda é crescente. Hoje temos um número cada vez maior de pessoas que procuram essa alternativa de tratamento. Com essa tendência de crescimento, precisamos de uma boa regulamentação o que inclui bons contratos. Tudo o que pudermos trazer de conhecimento técnico e científico é importante para melhorar o funcionamento dessa rede", disse.



Em São Paulo, dependentes se concentram na região conhecida como cracolândia

Prato é bom para o gosto e ainda mais para o bolso

Diário de S. Paulo – 28/11/2015

De segunda a sexta-feira, a costureira aposentada Maria Salomé Valério, de 74 anos, sai de sua casa na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte, e leva 20 minutos de ônibus para ir à Avenida Celestino Borroul, no Limão, também na Zona Norte, para almoçar no restaurante popular Bom Prato.

O local, assim como outras 21 unidades na capital, oito na Grande São Paulo, cinco no litoral e 14 no interior, faz parte do projeto de segurança alimentar do governo estadual há 15 anos (desde dezembro de 2005), que já serviu 149 milhões de refeições, com almoço a R\$ 1 e café da manhã a R\$ 0,50.

Segundo o economista Celso Pascalicchio, da Universidade Mackenzie, hoje o preço de um almoço naquela época vale apenas R\$ 0,38, considerando uma inflação de 164%, o que não dá para comprar duas balas. “Descobri o Bom Prato há três meses, quando voltava do médico e resolvi experimentar. A comida é ótima, barata e limpinha. Além disso, os funcionários daqui te tratam muito bem. Isso é muito importante”, explicou a aposentada.

O Bom Prato do Limão serve, nos dias úteis, 1,3 mil almoços e 300 cafés da manhã. A maioria do público frequentador, que inclui idosos, garis, moradores de rua, motoboys, autônomos e até mães com crianças, elogia.

A diarista Gil Ferreira, 39, vai às quartas-feiras com a filha, Larissa Ferreira, 7, para comer feijoada. “Apesar da fila ser grande, leva, no máximo, 20 minutos (pessoas acompanhadas de crianças de colo e idosos com mais de 60 anos têm uma fila preferencial)”. “E o sabor é muito bom. Faço minha mãe vir para comer comigo”, entregou Larissa. Crianças de até 6 anos de idade fazem as refeições de graça, o que não é o caso de Larissa.

LAPA/ Na Zona Oeste, a unidade do Bom Prato na Rua Afonso Sardinha, na Lapa, serve diariamente 1,6 mil refeições. Lá também o público é variado, mas idosos são maioria. Tanto que a fila preferencial parece a comum (mas é mais rápida).

A pensionista Maria Augusta da Silva, 82, costuma comer ao menos uma vez por semana no restaurante popular. “É um preço honesto e tem comida bem feita. Sempre procuro onde tem quando saio do Morro Doce (na Zona Norte), onde moro, para compensar quando minhas filhas querem comer em fast food. Lá eu gasto R\$ 50 ou R\$ 60 para nós três.”



ENTREVISTA

Floriano Pesaro, secretário estadual de Desenvolvimento Social

‘Unidade no HC está em estudo’

DIÁRIO_ O que se pode esperar do Bom Prato para o ano que vem?

FLORIANO PESARO_ Ainda este ano, no dia 3 de dezembro, vamos inaugurar nossa 50 unidade em Botucatu (SP). Ela terá um novo modelo, chamado de Bom Prato Saúde, pois ficará dentro do Hospital Universitário da Unesp. Será aberta para quem quiser comer a R\$ 1, mas cremos que os acompanhantes e pacientes de consultas rotineiras é que vão mais utilizar. Está em estudo a construção de outra unidade como essa no Hospital das Clínicas (na Zona Oeste da capital). Também vamos inaugurar um Bom Prato Saúde em Barretos e um comum em Taboão da Serra.

É possível manter o mesmo preço há 15 anos sem perder a qualidade?

Temos nutricionistas que se passam por clientes e avaliam a qualidade da comida das unidades do Bom Prato, todos os dias. E começamos a notar que havia a possibilidade do padrão de serviço cair com a compra de uma alface ou carne de qualidade inferior, pois os fornecedores começaram a fazer bastante pressão por conta da inflação no preço dos alimentos e da energia elétrica. Elas queriam o aumento do valor da refeição. Mas, após inúmeras reuniões com o governador Geraldo Alckmin (PSDB), ele deliberou que o preço não aumentasse. Por isso, fizemos o aporte de R\$ 7,8 milhões nos R\$ 78 milhões que já repassamos às entidades.

Restaurante Bom Prato de Santo Amaro entra na campanha segunda sem carne

SPTV 1ª ED./TV GLOBO/SÃO PAULO

VEICULADA EM 14/12/2015 12:47 , CADASTRADA EM 14/12/2015 12:55



Alckmin propõe ICMS maior sobre cerveja e cigarro e menor para comida

BOM DIA BRASIL/TV GLOBO/SÃO PAULO

VEICULADA EM 30/10/2015 08:25 , CADASTRADA EM 30/10/2015 08:33



Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil -

Jornal Folha de São Carlos

12 de junho - Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil

O trabalho infantil é uma das mais graves violações de direitos. Embora 12 de junho seja o dia de combate a esta mais nociva atitude da sociedade, devemos chamar atenção aos riscos para os indivíduos expostos precocemente a esta prática – com graves consequências na vida adulta - e combata-la todos os dias.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2013, no Brasil ainda há em torno de 3,1 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Aqui, o trabalho é permitido a partir dos 16 anos. Isto significa que a criança tem o direito de ser criança, de brincar, estudar, de desfrutar da convivência familiar e comunitária. É nosso dever, enquanto gestor público, garantir com prioridade absoluta os direitos integrais das nossas crianças e adolescentes.

Atualmente, vivemos a sociedade do conhecimento. É ela que faz a diferença no mundo do trabalho hoje em dia. E isto requer que as crianças fiquem o maior tempo possível na escola. Portanto, para elas, a educação integral é fundamental. O Governo do Estado de São Paulo investe em educação de qualidade de tempo integral e educação técnica profissionalizante. Nossa Secretaria promove programas de transferência de renda como o Ação Jovem e o Renda Cidadã, que têm como condicionalidades a frequência escolar, o que valoriza a educação.

Além disso, investimos recursos e damos apoio técnico ao trabalho social com as famílias realizado pelos municípios por meio dos CRAS e CREAS, o que é fundamental para combater a cultura que naturaliza o trabalho infantil.

A equipe estadual de referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de nossa Secretaria, em âmbito estadual, coordena, presta apoio técnico, assessora e acompanha os municípios.

Realizamos reuniões periódicas de orientações técnicas com servidores e coordenadores de CRAS e CREAS e palestras sobre os desafios atuais da erradicação do trabalho infantil que reúnem trabalhadores da assistência social, saúde e educação, conselheiros tutelares, procuradores do trabalho e representantes de entidades vinculadas aos trabalhadores e patrões, no sentido de elucidar todas as questões em relação ao tema.

É importante que a sociedade, cada vez mais, se conscientize que a criança deve ficar uma infância saudável, em todos os sentidos, para que se torne um adulto pleno, feliz e produtivo.

Por isto, lugar de criança é na escola e não no trabalho!

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Violência contra a mulher – Diário de Marília – 25/11/2015

Em Dia - Violência contra a mulher

A violência contra a mulher é histórica e atravessa diferentes modelos econômicos, têm raízes culturais presentes, independente de raça e etnia.

Dia 25 de novembro foi declarado Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher em 1981 como justa homenagem a heroínas da República Dominicana brutalmente assassinadas neste dia no ano de 1960.

O problema não é isolado, envolve ações afetivas, sonhos partidos, projetos de vida, vergonha e humilhações.

Muitas vezes ela acontece na própria família, sendo que a mulher prefere o silêncio, o sofrimento solitário, para preservar a união familiar e evitar a sua fragilidade de vínculos.

Na área da assistência social, o Estado de São Paulo oferece serviços nos 256 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, 25 serviços de abrigo institucional a mulheres em situação de violência física, psicológica e situações de violência sexual, tráfico de pessoas, situação de rua e 133 serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, da Proteção Social Básica, disponibilizados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

De janeiro até outubro, estes serviços atenderam 3.173 mulheres vítimas de violência. Em média, temos o registro, nos CREAS, de 317 novos casos por mês.

Já no que se refere a homicídios de mulheres, no Brasil houve crescimento de 21% em dez anos. Neste período, mais de 46 mil tiveram suas vidas ceifadas, de forma intencional, a maioria por pessoas conhecidas como familiares e parceiros.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2003 foram registrados 3.937 homicídios de mulheres no Brasil. Dez anos mais tarde, em 2013 (dados mais recentes disponíveis), foram 4.762.

Isto representa uma taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres, a quinta mais alta em comparação a dados de outros 83 países divulgados pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Na frente do Brasil estão apenas: El Salvador, Colômbia Guatemala e Rússia.

No que se refere à violência, em 2014 duas em cada três vítimas atendidas no Sistema Único de Saúde por violência foram mulheres. Uma média de 405 por dia – número muito alto. O que mais nos chama atenção é que metade delas já havia procurado o SUS pelo mesmo motivo. Ou seja, estes crimes acabam sendo recorrentes e a não punição – ou punição branda – ao agressor acaba incentivando a repetirem.

Embora houvesse a criação das Delegacias de Defesa da Mulher – DDM's, há necessidade de criar mecanismos mais eficazes de preservação e coibição da violência doméstica contra mulheres, conforme “Lei Maria da Penha”- Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Urge, portanto, que Governo e sociedade fiquem cada vez mais atentos e incentivem as mulheres a falarem o que lhes acontece, antes que seja muito tarde. O Estado de São Paulo apoia e incentiva ações para inibir qualquer tipo de violência contra a mulher. Temos de dar um basta a esta triste e revoltante questão!

FLORIANO PESARO
Secretário de Estado de
Desenvolvimento Social (SP)
e Deputado Federal

O compromisso de S. Paulo e o desenvolvimento sustentável –

Jornal A Tribuna de Santos – 13/12/2015

Tribuna Livre **FLORIANO PESARO**, Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Seds)

São Paulo e o desenvolvimento social sustentável



No mês de dezembro celebramos os Direitos Humanos ao redor do mundo. A proposta conta com apoio de diversas áreas, incluindo governo, sociedade civil e setor privado. Como secretário de Desenvolvimento Social do Estado de SP, compartilho desse compromisso e reitero nossos esforços em atingi-los. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU foram criados em 2015 e contam com o apoio de diversas áreas, incluindo governo e sociedade civil.

A gestão social do Estado de SP caminha em harmonia com as expectativas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem como objetivo satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Os ODSs foram criados com foco no enfrentamento das difíceis questões do desenvolvimento da nossa época, com metas para os próximos 15 anos. A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de SP construiu o plano estadual de assistência social para os próximos quatro anos, baseando-se nas principais ODSs. O plano foi idealizado para contribuir com a erradicação da pobreza, a inclusão, a garantia da segurança alimentar com diminuição da desigualdade social.

O ano que se abre dá a oportunidade de sermos a primeira geração que pode erradicar a pobreza extrema e garantir um futuro mais digno e igualitário para todos. Em 2015, o Governo de SP criou o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cujos recursos serão aplicados em programas voltados à assistência social, nutrição, habitação, educação e saúde. Os recursos do Fundo serão provenientes da cobrança de alíquota adicional de 2% sobre o imposto da cerveja e cigarro.

Ainda em consonância com as ODSs, anunciamos uma iniciativa inédita com a criação do Programa Família Paulista que atuará em territórios de extrema pobreza.

Entre elas estão a regularização fundiária, as melhorias habitacionais e facilitação do acesso à educação de jovens adultos. O Programa atenderá inicialmente 27 municípios da região metropolitana em 2016, e sequencialmente Baixada Santista, Campinas e interior do Estado em 2017.

Além dessas iniciativas, programas como o Bom Prato compõe a rede de serviços para o enfrentamento da fome e da desnutrição com 150 milhões de refeições servidas e garantem a segurança alimentar da população.

As crianças de todo o Estado também podem contar com o Projeto Vivaleite, uma medida que proporciona leite fluído, pasteurizado de alto teor nutricional para as faixas etárias de 6 meses a 5 anos e 11 meses.

Enfrentar a cultura que persiste na desigualdade de gênero vem sendo altamente discutido na sociedade. De acordo com dados do Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), de janeiro a agosto de 2015, cerca 3 mil casos de violência à mulher foram registrados, somente no Estado de SP.

O desenvolvimento social sustentável consiste na correta aplicação de uma justiça social firmemente coordenada. Justiça essa que requer a construção de políticas baseadas na igualdade de direitos e de gênero, em harmonia com o pensamento coletivo. É fundamental que a sociedade e as entidades criem mecanismos que fortaleçam programas de proteção social que estejam atrelados ao crescimento econômico. Nosso dever é tornar conhecido o conceito de desenvolvimento social sustentável e garantir transformações reais não só para o nosso país, mas em todo o mundo.

Lançamento Campanha Sinthoresp – Diário do Grande ABC – 06/11/2015

ABUSO INFANTIL

Estado lança campanha contra o crime

Cartazes serão distribuídos em hotéis, bares e restaurantes; funcionários terão capacitação

A secretaria de Desenvolvimento Social do Estado está distribuindo cartazes alertando sobre a exploração sexual infantil em 90 mil estabelecimentos de São Paulo. A ação é feita em parceria com o Sinthoresp (Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo e Região) e também visa a capacitação dos profissionais que atuam no setor.

Conforme o secretário da Pasta, Floriano Pesaro, serão cerca de 200 mil trabalhadores que vão participar de curso na Edesp (Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo). “Vamos acompanhar e preparar esses trabalhadores para serem os nossos olheiros. Eles vão observar ações suspeitas, como adolescentes em vulnerabilidade e adultos à procura disso. Vamos começar a partir do ano que vem”, afirmou.

De acordo com Pesaro, essa é uma preocupação antiga em todo País e um problema difícil de ser enfrentado. “Acontece por causa da oferta e demanda, ou seja, tem gente que está disposta a pagar e jovens, especialmente adolescentes,

que estão dispostos a receber e, obviamente, isso não é algo consciente.

Os menores se veem em uma situação de oportunidade da qual vão se arrepender, porque serão machucados e violentados. E a responsabilidade com esse cuidado também é nossa, do governo, e da sociedade e família”, disse.

O problema voltou à pauta pela determinação do próprio governador Geraldo Alckmin (PSDB). A intenção é que mais ações de mobilização e conscientização sejam realizadas no ano que vem, ainda mais com a aproximação da Olimpíada no Rio de Janeiro.

O serviço de Disque Denúncia do Sintoresp funciona das 8h às 17h, no número 0800-770-5698, atendendo toda a região metropolitana de São Paulo. O número também está disponível para o esclarecimento das dúvidas dos trabalhadores.

“A ideia é prevenir os abusos. Com as denúncias, a secretaria junto com os agentes públicos vão tomar as medidas cabíveis”, afirmou o secretário.

Campanha em SP quer chamar a atenção para o problema da exploração sexual infantil.

JORNAL GLOBO NEWS - EDIÇÃO DAS 10H/GLOBO NEWS
VEICULADA EM 04/11/2015 10:06, CADASTRADA EM 04/11/2015 10:27



Políticas sobre drogas na lógica do cuidado integral e da proteção social

Diário de Sorocaba – 24/07/2015



ponto de vista

Política sobre drogas na lógica do cuidado integral e da proteção social

Em janeiro de 2015, a Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (Coed) foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Social fundamentada na compreensão de que as políticas sociais possuem um protagonismo na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas. A mudança trouxe o desafio de aprimorarmos o Programa Estadual de Políticas Sobre Drogas, denominado “Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas”.

Na prática, a mudança promoveu um novo paradigma na execução da política pública sobre drogas em nosso Estado. Superou-se, portanto, a compreensão de que o consumo abusivo de drogas deva ser enfrentado apenas como uma questão de cuidados de saúde ou de policiamento ostensivo. O programa Recomeço compreende o uso abusivo de drogas como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de serviços que incluem proteção social.

Compreendemos que as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravamento da dependência química.

Neste ano comemoramos dois anos do Programa Recomeço – “Uma vida sem drogas” e percebemos a importância de fortalecer a integração social pois, por muitas vezes, o fenômeno da droga aparece como um subproduto da exclusão social.

A superação da exclusão social depende do fortalecimento de uma rede social protetiva, que garanta oportunidades, ferramentas eficientes e adequadas.

A Rede Recomeço conta, hoje, com o total de 2.906 vagas distribuídas em hospitais, comunidades terapêuticas, casas de passagem e repúblicas em diversos municípios do Estado de São Paulo.

As comunidades terapêuticas são equipamentos diferenciados, com características fundamentais e sensíveis para o acolhimento de usuários de substâncias psicoativas. Elas surgem como resposta ao atendimento para dependentes em situação de vulnerabilidade, com vínculos familiares fragilizados e rompidos, que muitas vezes estão em situação de rua em nossas cidades.

A Coordenação de Políticas Sobre Drogas – COED e o Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – CONED estão empenhados em desenvolver estratégias para a qualificação das comunidades terapêuticas. Essa construção é um desafio, principalmente pela localização delas nos rincões do Estado de São Paulo.

Por fim, importante destacar que os municípios serão os principais parceiros no fortalecimento da Rede Recomeço. Ao assinarem o termo de adesão ao Programa Recomeço – “Uma Vida Sem Drogas”, desenvolverão um plano de ação, com a intenção de construir uma rede de cuidados e proteção com base nas demandas específicas do território.

Estamos convencidos de que o tratamento é fortalecido quando as necessidades sociais são atendidas. Empregabilidade, formação profissional, habitação e acesso à educação são fatores de integração social que garantem o sucesso da recuperação e do retorno à uma vida social plena.

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Você tem fome de quê? - Diário de S. Paulo – 13/08/2015

Formador de opinião

Floriano Pesaro

Você tem fome de quê?

Não pensei que uma das músicas que eu mais gostava de ouvir na juventude fosse servir um dia para refletir o meu papel como gestor público. No entanto, o passado literalmente bateu à minha porta e está latente. “A gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte”, mas...

A difícil tarefa de elaborar e implantar políticas públicas que deem conta de suprir todos os direitos sociais previstos na carta magna não é uma missão fácil. Hoje, na liderança da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, a porta de entrada dos menos favorecidos ou invisíveis, reitero uma tese que sempre defendi: sozinhos não vamos a lugar nenhum!

Só temos uma saída: articular as diferentes políticas ofertadas pelo Estado no atendimento àqueles que nada detêm, bem como a conscientização de todos os cidadãos para uma vida mais harmoniosa e saudável. E lá vem ela novamente: “Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?”

/Floriano Pesaro, Secretário Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo

Implantamos há 20 anos no estado de São Paulo o Projeto VivaLeite e o Bom Prato, considerados os maiores programas de segurança alimentar do país. Por meio deles, oferecemos mais de 102 milhões de litros de leite e 20 milhões de refeições por ano. O Brasil tem 50% da população acima do peso e um elevado percentual (30%) de obesidade infantil, o que evidencia a alimentação inadequada. Atualmente os esforços estão voltados para ações de prevenção, de modo que hábitos e comportamentos sejam adequados para uma vida saudável.

E volta a música: “Desejo, necessidade, vontade, necessidade, desejo”. Ainda temos um longo caminho a percorrer. O papel de empoderar as famílias por meio de políticas públicas são somente do Estado? Ou será que se a sociedade mudar o olhar sobre os menos favorecidos não avançaremos para um Brasil mais humano, justo e solidário? “A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade; a gente não quer só dinheiro, a gente quer inteiro e não pela metade...”

Um Dia com o Secretário

Incentivar o interesse dos jovens pela gestão pública participativa e pela política. Este é o principal objetivo da ação “Um Dia com o Secretário”, implantada na SEDS em 2015. Os participantes conhecem um pouco da rotina da Secretaria, acompanhando o secretário Floriano Pesaro em suas atividades.

“É uma troca de experiências. Eles vêm com uma bagagem extensa de conhecimentos e conseguimos estabelecer uma troca interessante de ideias”, afirma Floriano. Além de conhecer as políticas públicas, segundo o secretário, a intenção é motivar o ingresso na gestão pública e buscar profissionais que se mostrem interessados em trabalhar essencialmente em prol de quem mais precisa”.

“

Vi nesta iniciativa uma oportunidade para avançar em minha pesquisa social. Saio desta Secretaria ainda mais apaixonado pela área. O profissional do Serviço Social pode cada vez mais ocupar o papel de maestro de uma sociedade que carece de bons profissionais, assim como o secretário Floriano.”

Psicólogo e estudante de Serviço Social, Paulo Fernando Correa Pinto - Município de Jaú.



Foto: Divulgação/SEDS

Foto: Divulgação/SEDS



“

Você tem uma visão quando está de fora. A realidade é bem diferente quando você acompanha de perto. Minha visão mudou, a rotina é bem pesada, tem documentos para assinar, ações para aprovar. É bem corrido.”

Estudante de Gestão Empresarial, Wine Silva – Município de São Paulo.



Com o Governador Geraldo Alckmin, na inauguração do Bom Prato de Limeira



10 anos do SUAS Avanços e Desafios no Estado de São Paulo na ALESP



Secretário de Desenvolvimento Social realiza palestra no Rotary Club de São Paulo



Maria Helena Guimarães de Castro, Diretora Executiva na Fundação Seade, durante palestra em comemoração aos 3 anos da Edesp



25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



Governo do Estado de São Paulo repassa recursos do Fundo Estadual de Assistência Social na região de Araraquara



Encontro promove integração entre a equipe técnica da SEDS e as DRADS



Lançamento da Campanha Contra o Abuso e a Exploração Sexual Infantil



Bom Prato de Santo Amaro adere a Campanha Mundial Ambiental "Segunda Sem Carne"



Governador Geraldo Alckmin e o secretário Floriano Pesaro entregam CCI, no município de Floreal



Comemoração do 5º aniversário do Bom Prato Heliópolis



Feira Revelando Entidades do Projeto Vivalente



Semana do Idoso



Refugiados comemoram o 1º aniversário da Casa de Passagem Terra Nova



População de Itaim Paulista é beneficiada com Ação Social e Cidadania na Fábrica de Cultura



Oficina de horta na Semana da Alimentação



Programa Recomeço realiza a Videoconferência com o tema: Panorama das Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo



Secretaria de Desenvolvimento Social apoia Campanha contra o Tráfico de Pessoas



Projeto Vivaleite renova convênio com 90 municípios das regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto



Lançamento do Programa Família Paulista



Secretário Floriano Pesaro visita Bom Prato de Santo Amaro para entrevista à Trip TV e encontra com o Chef Erick Jacquin



Mesa Redonda: "Diálogo sobre Solidariedade, Convivência e Integração de Refugiados em São Paulo"



Programa Recomeço realiza o Encontro de Comunidades Terapêuticas do Estado de São Paulo, em Campinas



33º Encontro do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS)



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)
Rua Bela Cintra, 1.032 - Cerqueira César - São Paulo /SP
CEP: 01415-000
Pabx.: (11) 2763-8000

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

(11) 2763-8000

faleconosco@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

